

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SUELLEM RAQUEL DE FREITAS BONFIM

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO:  
UM PERCURSO BIBLIOGRÁFICO NO PERÍODO DE 2004 A 2014.**

CURITIBA  
2015

SUELLEM RAQUEL DE FREITAS BONFIM

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO:  
UM PERCURSO BIBLIOGRÁFICO NO PERÍODO DE 2004 A 2014.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Dragone Silveira.

CURITIBA  
2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

SUELLEM RAQUEL DE FREITAS BONFIM

### **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM PERCURSO BIBLIOGRÁFICO NO PERÍODO DE 2004 A 2014**

Monografia apresentada e aprovada no curso de Especialização em Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná



Profª Drª Adriana Dragone Silveira  
Orientadora



Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia  
Coordenadora do Curso

*À minha pequena Jessica, que nunca saiba o que é a fome.  
A todas as crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos,  
que a vida não se resuma na inquietação de como se alimentar amanhã.*

## AGRADECIMENTO

Agradecer significa mostrar-se grato por benefício recebido. Nesta caminhada fui beneficiada em vários sentidos, principalmente de forma teórica e conceitual. Por isso, a minha gratidão abrange a todos que fizeram parte desta etapa da minha vida acadêmica.

À professora Dr<sup>a</sup>. Adriana Aparecida Dragone Silveira que de forma precisa e pontual me ajudou a definir e trilhar este caminho.

Aos professores e professoras que ministraram as disciplinas do curso, compartilhando os seus saberes, definindo o nosso aprendizado e iluminando o percurso do curso.

Ao professor Dr. Ângelo Ricardo de Souza que acreditou no meu trabalho no programa de Iniciação Científica, durante a graduação, desafiando a me tornar pesquisadora de Políticas Educacionais.

À contribuição do povo brasileiro que, de certa forma, possibilita que a Universidade pública seja um espaço de formação de qualidade ainda que, infelizmente, para poucos.

Aos colegas da turma, pelos momentos de reflexão, discussão, angústias e também de muitas risadas e cafés!

Aos meus pais e irmãs, que pela história de vida me motivam a prosseguir.

Ao Selvin e Jessica, por me “emprestar” um pouco do nosso tempo juntos.

A amiga Andrea Polena, por sempre me incentivar a seguir em frente, rumo à próxima etapa!

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um mapeamento da produção bibliográfica referente ao Programa Bolsa Família e Educação (PBF). Para a constituição do corpus de análise foram selecionados os resumos de teses, dissertações e artigos científicos da literatura nacional produzidos no período de 2004 a 2014 e disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Acervo Digital do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e no Scientific Electronic Library Online (SCIELO). A finalidade deste trabalho é a de que seus resultados facilitem a definição de prioridades de pesquisa, apontem lacunas ou áreas poucas exploradas e fortaleça o estudo dessa temática na comunidade científica brasileira. Para isso, a partir dos bancos de dados, buscou-se no primeiro momento, realizar um breve mapeamento da produção acadêmica sobre o tema, identificando e selecionando aqueles trabalhos que condiziam com o objetivo inicial proposto. No segundo momento, o estudo se concentrou na sistematização e análise das produções científicas a partir das seguintes questões: quais trabalhos, entre os anos 2004 a 2014, tratam sobre PBF relacionando-o a temas específicos da Educação? Quais as áreas do conhecimento e que níveis de estudo relacionam esses objetos? Qual é a metodologia utilizada para a realização das produções? Por fim, quais os principais resultados obtidos a partir do levantamento? Constatou-se, a partir de 35 trabalhos sistematizados, que esse foi tema de pesquisa nas diversas universidades do nosso país, principalmente nas instituições públicas da região sudeste. Essas produções foram desenvolvidas, em maior concentração, em nível de mestrado nas áreas da Educação e Economia, entre os anos de 2010 a 2013. Percebe-se que os debates sobre PBF e Educação concentram-se em três categorias a princípio, são elas: condicionalidades, frequência e desempenho escolar e impacto do programa na vida acadêmica e/ou familiar e na economia. Para isso, grande parte dos trabalhos utiliza metodologias quantitativas que envolvem principalmente dados referentes à vida acadêmica dos bolsistas. Nos textos, há um consenso de que o PBF tem contribuído para uma redução dos índices de pobreza, com certo aumento da mobilidade social na última década. Percebe-se também, aumento da frequência escolar, diminuição da evasão escolar e distorção idade-série. Entretanto, há predominância na ideia de que o programa é insuficiente para atingir o objetivo de amenizar ou quebrar com a transmissão da pobreza intergeracional a partir do impacto positivo na educação dos alunos bolsistas.

**PALAVRA-CHAVE:** Programa Bolsa Família, Educação, Programa de Transferência de renda, Condicionalidade.

## ABSTRACT

This study aims to present a mapping of bibliographic production regarding the Bolsa Família Programme and Education (PBF). The corpus of analysis is composed by abstracts of theses, dissertations and scientific papers of national literature produced from 2004 to 2014 and available on the Bank of Theses from Coordination of Improvement of Higher Education (CAPES), Digital Bank of Theses and Dissertations (BDTD), Digital Collection of the Ministry of Social Development and Action against Hunger (MDS) and the Scientific Electronic Library Online (SCIELO). The purpose of this study is to produce results that will facilitate the definition of research priorities, point gaps or areas underexplored and shore up the study of this theme in the Brazilian scientific community. For this, from the databases, it was sought, at first moment, to perform a brief mapping of the academic literature on the subject, identifying and selecting works that were consistent with the initial goal. In the second phase, the study focused on the systematization and analysis of scientific productions from the following questions: which studies, between the years 2004-2014, deal on PBF relating it to specific themes of education? Which are the areas of knowledge and which levels of study relate these objects? What is the methodology used to carry out the production? Finally, which are the main results of the survey? From 35 systematized studies, it was found that PBF and the relation with Education was the subject of research in various universities of our country, especially in public institutions in the Southeast. These productions were developed in greater concentration, master's level in the areas of education and economics, between the years 2010-2013. It is noticed that the discussions on PBF and Education are concentrated, at first, in three categories, they are: conditionalities, school attendance and performance and impact of the program on academic life and/or family and the economy. For this, much of the studies uses quantitative methodologies which mainly involve data regarding the academic life of people who are benefited by the social welfare program. In the texts, there is a consensus that the PBF has contributed to reduction in poverty rates, with some increase in social mobility in the past decade. It is noticed also, increased school attendance, reduced school supply rates and age-grade distortion. However, there is a predominance on the idea that the program is insufficient to achieve the goal to soften or break with the transmission of intergenerational poverty from the positive impact on the education of scholarship students.

**KEYWORDS:** Bolsa Família Program, Education, Income Transfer Program, Conditionality.

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 2 - PRODUÇÕES SELECIONADAS POR DESCRITORES NO BANCO DE TESES DA .....50

QUADRO 3 - PRODUÇÕES SELECIONADAS POR DESCRITORES NA BIBLIOTECA DIGITAL .....55

QUADRO 4- PRODUÇÕES SELECIONADAS POR DESCRITORES NO ACERVO DIGITAL DO MDS.....60

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - TIPO DE BOLSA PARA FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITAL MENSAL DE ATÉ R\$77,00 ----- 32

TABELA 2 - TIPOS DE BOLSA PARA FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITAL MENSAL DE R\$ 77,01 A R\$154,00 ----- 32

TABELA 3- QUANTIDADE DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS POR ANO ----- 64

TABELA 4- QUANTIDADE DE PRODUÇÕES POR REGIÃO E INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....65

TABELA 5 - QUANTIDADE DE PRODUÇÕES POR ÁREA DO CONHECIMENTO 67

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1- QUANTIDADE DE CRIANÇAS FORA ESCOLA-2010 .....27



## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

BB - Benefício Básico  
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações  
BJV - Benefício Variável Vinculado ao Adolescente  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
BV - Benefício Variável  
BVG - Benefício Variável à Gestante  
BVN - Benefício Variável Nutriz  
CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais  
CF/ 34 – Constituição Federal de 1934  
CF/ 67- Constituição Federal de 1967  
CF/ 88 – Constituição Federal de 1988  
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social.  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBICT – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
ICS - Instância de Controle Social  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome  
MEC- Ministério da Educação e Cultura  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PIB – Produto interno Bruto  
PBF – Programa Bolsa Família  
PBSM- Plano Brasil Sem Miséria  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PTR – Programas de Transferência de Renda  
SENARC - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania  
SICON - Sistema de Condicionalidade.  
SIGPBF - Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família.  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS .....</b>	<b>16</b>
1.1- DIREITO À EDUCAÇÃO E CIDADANIA.....	20
<b>CAPÍTULO 2 - QUE É O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA?.....</b>	<b>29</b>
2.1 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – ATRIBUIÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL .....	34
2.2 – CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	36
2.3 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO.....	39
<b>CAPÍTULO 3 - A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO (2004-2014) .....</b>	<b>44</b>
3.1 - BANCO E TESES DA CAPES.....	46
3.2 - BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES.....	51
3.3 - ACERVO DIGITAL MDS.....	56
3.4 - <i>SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE</i> (SCIELO) .....	60
3.5 - SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PBF E EDUCAÇÃO .....	64
3.6 - A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PBF E EDUCAÇÃO - RESULTADOS .....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre Programas de Transferência de Renda (PTR) tem sido realizada, nas últimas décadas, com maior intensidade devido à importância desses programas no âmbito social e econômico no Brasil. A finalidade desses programas são, principalmente, a erradicação da pobreza, da fome e a diminuição das desigualdades sociais por meio da transferência direta de renda às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

Transferência de renda é entendida enquanto transferência monetária efetuada diretamente a indivíduos ou família. O pressuposto fundamental é de articular uma transferência de renda com políticas e programas sociais no campo da educação, saúde e trabalho. A articulação entre a transferência de renda com políticas e programas estruturantes pode, segundo Silva (2007), possibilitar a construção de uma política de enfrentamento à pobreza e a desigualdade social.

É preciso compreender que existem diferentes concepções de pobreza, orientadas por diferentes valores que definem a construção e a implementação de distintas alternativas de políticas de intervenção social. A pobreza apresenta dimensões histórica, econômica, cultural e política, apresentando-se como produto da desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, do não acesso a serviços sociais básicos, à informação ao trabalho e renda e a não participação social e política (SILVA, 2007, p. 3).

Na América Latina a problemática da pobreza foi tematizada, de forma ensaísta, nos anos de 1920 e 1930 até chegar aos estudos acadêmicos dotados de diferentes metodologias investigativas. Em nosso país, a pobreza de modo geral “tem cor: é mulata, negra; e isso remete imediatamente à experiência da escravidão, instituição fundamental para a acumulação econômica no Brasil por trezentos anos”. (PINZANI; REGO, 2014, p. 20).

Diante disso, em junho de 2011 foi lançada pela presidenta Dilma Rousseff o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) com o intuito de aprofundar as conquistas obtidas no governo do Presidente Luiz Inácio da Silva, referentes à distribuição de renda, redução de desigualdades e inclusão social. O PBSM envolve vários ministérios, com a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS) englobando cerca de cem ações, distribuídas em três grandes eixos de atuação. O primeiro eixo se refere à garantia de renda com transferências monetárias para alívio imediato da situação de extrema pobreza. Inserem-se neste eixo os programas: Bolsa família, o Brasil Carinhoso e o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

O segundo eixo envolve o acesso a serviços públicos e refere-se ao provimento ou ampliação de serviços e ações de cidadania e de bem-estar social contando com o apoio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP), as Unidades Básicas de Saúde e o Programa Mais Educação, que estimula a ampliação da jornada em escolas públicas.

O último eixo trata da inclusão produtiva por meio da oferta de qualificação, ocupação e renda. Para a área urbana é oferecido os curso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho). A área rural conta com o Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais, o Programa Água para Todos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Bolsa Verde. Conforme o MDS (2015), os três eixos são fundamentais para que os esforços de superação da extrema pobreza se sustentem.

O PTR com maior número de bolsistas no Brasil é o Programa Bolsa Família, criado em 2003 com o objetivo de unificar os PTRs iniciados em nível municipal, estadual e federal. Segundo informações divulgadas no site do MDS, este programa tem por objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos (saúde, educação, assistência social e segurança alimentar) e, promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias bolsistas<sup>1</sup>, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. O elemento fundamental do PBF são as condicionalidades que devem ser cumpridas pelas famílias participantes para que possam receber a bolsa mensal. As condicionalidades representam contrapartidas

---

<sup>1</sup> Rego e Pinzani (2014, p.16) propõem que o termo beneficiário/a seja abandonado e substituído por “bolsistas”, pois, “qualquer pessoa que recebe uma bolsa (de estudo, de pesquisa, de estágio etc) é denominada de bolsista”. A ideia é de que a bolsa remunera uma atividade e não representa uma mera dívida. A mudança do termo implicaria em uma primeira mudança simbólica na vida dos sujeitos cadastrados no programa. Neste trabalho optou-se utilizar o termo bolsista, porém, em alguns momentos, o termo beneficiário aparece conforme é citado nos trabalhos originais.

com vistas a adotar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e, representam o exercício de direitos para que as mesmas possam alcançar autonomia e inclusão social sustentável (MDS, 2015).

As famílias bolsistas assumem o compromisso, na área da saúde, de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência escolar de, no mínimo, 75%. (BRASIL, 2004).

Desde a consolidação do PBF, Pochemann (2010) afirma que se gerou um amplo debate sobre o potencial deste programa de transferência de renda para reduzir a pobreza e promover a queda na desigualdade existente em nosso país.

O trabalho de Pellegrina (2011) assegura que diversos estudos demonstram impactos importantes de PTR, condicionadas sobre nutrição, saúde e trabalho infantil, pois, estes programas permitem o alívio da pobreza no curto prazo garantido que as necessidades materiais mínimas da população pobre sejam atendidas.

Ao analisar o impacto do PBF sobre as variáveis escolares relacionadas diretamente à condicionalidade Educação, o autor constatou que o programa reduz o abandono escolar em, pelo menos 20%, e conclui, a partir dos resultados encontrados, que o programa parece insuficiente para quebrar o ciclo da pobreza pela via da acumulação de capital humano pelos filhos dos bolsistas. No mesmo sentido, Pires (2013) assegura que as condicionalidades da Educação, presentes no PBF, podem ser questionadas se as considerarmos exclusivamente como forma de superação da pobreza intergeracional.

Neste contexto, indaga-se como a pesquisa brasileira tem abordado o PBF e temas sobre a Educação, uma vez que este programa trata-se de uma política social e, neste âmbito, a Educação ocupa um lugar de destaque, na qual é atribuído um papel fundamental para o desenvolvimento econômico. Constata-se ainda, que as desigualdades educacionais são o principal correlato das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida (SCHWARTZMAN, 2006).

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados de um levantamento bibliográfico da produção científica brasileira sobre PBF e educação,

no período entre 2004 e 2014. A finalidade deste trabalho é a de que seus resultados facilitem a definição de prioridades de pesquisa, apontem lacunas ou áreas poucas exploradas e fortaleça o estudo dessa temática na comunidade científica brasileira.

Para tanto, buscou-se analisar as dissertações de mestrados, das teses de doutorado e dos artigos publicados no Banco de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, o Acervo Digital do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Os trabalhos foram identificados e selecionados a partir das palavras chaves que tratassem da temática. Os principais termos elencados para o levantamento foram: Programa Bolsa Família, Bolsa Família, Condicionalidade e Sistema Presença.

Após a leitura dos textos, criou-se uma sistematização dos trabalhos selecionados, classificando-os de forma a apresentar um panorama geral com as seguintes informações: fonte de dados, descritor utilizado para a busca, título do trabalho, autoria, instituição de ensino, ano de defesa/publicação, nível (especialização, mestrado ou doutorado) e metodologia utilizada.

Em seguida, foram utilizadas as seguintes questões para nortear a análise das produções científicas. São elas: quais trabalhos tratam sobre PBF relacionados a temas da Educação? Quais as áreas do conhecimento e que níveis de estudo abordam esses objetos de estudo? Quais são os anos com maior e/ou menor número de produções? Quais são as instituições de ensino que optaram por esses objetos de estudo? Qual é a metodologia utilizada para a realização das produções? E, finalmente, quais são os principais resultados encontrados no levantamento realizado.

Assim, o trabalho está organizado em 3 capítulos. O primeiro capítulo é destinado a fazer uma breve contextualização das políticas sociais no Brasil e o papel do Estado nesta questão, seguindo para a reflexão sobre educação e cidadania. O segundo capítulo descreve o PBF, suas características gerais, sua implementação, as atribuições de cada nível de governo (municipal, estadual e federal), e as condicionalidades estabelecidas pelo programa. Discute-se ainda neste capítulo, a relação entre o PBF e a condicionalidade Educação, pois, conforme o Ministério da Educação (MEC) o objetivo da condicionalidade educação no âmbito do Bolsa Família é promover a garantia do direito à permanência na escola de

crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza, com a intenção de reduzir o abandono, a evasão escolar e contribuir para o sucesso escolar, em consonância com o desafio de universalização da educação básica no país. (MEC, 2014).

No terceiro capítulo, apresenta-se o levantamento da produção científica sobre o PBF e Educação entre os anos de 2004 a 2014, a definição de fontes, o processo de seleção e a sistematização dos trabalhos escolhidos. Apresenta-se a análise da produção científica sistematizada e os resultados, por fim, as considerações finais.

Ressalta-se que neste momento não se teve a pretensão de construir um estado da arte geral sobre Programa Bolsa Família e Educação no Brasil, uma vez que seria necessário adotar uma metodologia diferenciada para este tipo de estudo, demandando um tempo maior de estudo.

De toda forma, espera-se que este trabalho ofereça um panorama da investigação sobre o tema, podendo auxiliar outros pesquisadores da área nos seus respectivos levantamentos bibliográficos.

## **CAPÍTULO 1 - ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS**

Conforme Duarte (2012), o Estado Moderno organiza políticas sociais para enfrentar a pobreza. A política social apresenta conceito amplo e complexo e permeia a relação entre Estado, sociedade, economia e a política. A seguir, é apresentada uma breve reflexão sobre a atuação governamental, em forma de políticas sociais, que busca formas de alcançar um mínimo de bem-estar social.

Compreende-se por políticas sociais a intervenção do Estado nas questões sociais com o objetivo de compensar as distorções decorrentes do processo de desenvolvimento econômico. Algumas famílias dispõem de igualdade de condições e as famílias mais pobres tendem a reproduzir continuamente o ciclo da pobreza, pois apresentam nenhum ou baixo nível educacional; má alimentação; nenhum ou baixo acesso a saúde; instabilidade no emprego e baixa renda. Ao desencadear políticas sociais, o Estado procura equiparar as oportunidades entre pobres e ricos, diminuindo a distância entre esses dois grupos e permitindo que as novas gerações quebrem o ciclo da pobreza. (COHN, 2010).

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais e a implementação de políticas sociais destinam-se a atender os direitos e necessidades universais que são estabelecidas constitucionalmente, como educação, saúde e trabalho. Assim, as políticas sociais são relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social.

Como forma de enfrentamento à pobreza e possibilidade de dinamização da economia, os programas de transferência de renda passam a ser considerados importantes mecanismos prevalentes no atual Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS). Conh (2010) cita que esse sistema era marcado por um alto grau de centralização, com prioridades definidas e ditadas pelo nível federal; pela superposição de programas compostos por inúmeras políticas setoriais apostos uns aos outros de baixa eficiência e eficácia. Em resumo, a autora afirma que herdamos no presente um enorme aparato institucional voltado para ações na área social e que, tomado em seu conjunto, na prática acabam por reproduzir as desigualdades sociais ao invés de se traduzirem em políticas sociais compensatórias as desigualdades originadas no mercado.



Com os direitos, a participação social, a descentralização da gestão de políticas públicas de corte social, inscritos na CF/88, Cohn (2010) aponta para a prevalência do modelo de estado de Bem - Estar social. Entretanto, o que se verificou na década de 1990 foi a presença de duas forças antagônicas disputando, na área social, a hegemonia proposta pelos seus respectivos modelos de intervenção estatal.

O primeiro modelo é definido como modelo da seguridade social, inspirado no modelo de Estado de Bem-Estar Social. O segundo modelo é vinculado aos preceitos neoliberais, baseado na defesa do Estado mínimo e de políticas moldadas em programas sociais, voltados para os segmentos mais pobres da população, enquanto os demais segmentos ficam a mercê das forças do mercado. Nas palavras de Cohn (2010, p.207), o segundo modelo de políticas e programas sociais se traduz em “políticas de cunho clientelista, assistencialista no sentido pleno do termo, e de caráter imediatista de combate à pobreza; portanto, em políticas que tendem a serem políticas de governo e não de Estado”.

Nesse contexto, Cohn (2010) afirma que é importante destacar o papel do Estado na questão social. Que para ela, pode ser desdobrado em duas grandes dimensões:

[...] uma de caráter mais estrutural – que gira em torno do papel do Estado nesse âmbito – e outra que gira em torno da dimensão burocrático-administrativa do Estado e que se refere às novas formas de gerenciamento dos equipamentos sociais público-estatais. Em ambos os casos, o que está em jogo é o debate e a disputa em torno de novos modelos de solidariedade social, traduzidos na busca de novas formas de articulação entre Estado, mercado e sociedade, e a emergência de um novo padrão de intervenção do Estado na área social, que vai se conformando em termos de a responsabilidade estatal dever estar voltada somente para os mais pobres. (COHN, 2010, p. 207).

Ferraz (2011) apresenta em sua produção, uma reflexão entre Estado, Sociabilidade e Política, no sentido de buscar um sentido sociológico de interconexão entre aqueles fenômenos de experiência cultura e de classe dos indivíduos. Neste contexto, o Estado ainda será lócus privilegiado de poder e uma instituição capaz de agir organizadamente, de forma política ou administrativa, sobre as desigualdades existentes em uma determinada sociedade. Contudo Ferraz (2011,

p. 11) ressalta que fundamentalmente, o Estado será uma instituição capaz de intervir sobre a sociabilidade, ou seja, sobre a construção dos parâmetros de sociabilidade entre os indivíduos.

Para o autor, Estado e indivíduos se constituem como um todo e se relacionam sob influências recíprocas. Neste sentido, a sociedade é constituída de interações entre indivíduos e as formas de padrões destas interações podem se desprender dos conteúdos e interesses individuais que as motivam. Em outras palavras, Ferraz (2011 p.12) define a partir dos escritos de Simmel, que **sociabilidade** “é a cristalização e a valorização de padrões de interação independente do sucesso que os mesmos possam proporcionar para a conquista de interesses individuais”.

Associado a isso, o conceito sociológico de **solidariedade**, não tem relação com sentimento ou característica inata do ser humano e distancia-se dos conceitos religiosos que associa solidariedade com bondade humana, virtude e atributo moral. Para o autor, indiferente das diferenças e individualidade de cada sujeito na sociedade, eles são unidos de modo durável por um complexo sistema de direitos e deveres. Ressalta-se que sociabilidade e solidariedade incorporam conflitos, contradições, disputas e os consensos entre os indivíduos e o coletivo, resultando assim em um processo social histórico concreto. (FERRAZ, 2011).

A sociedade moderna se caracteriza pelo “desencaixe das relações sociais” que se dá com a substituição do valor de uso pelo valor de troca e a transformação das relações sociais em mercadoria, resultado do modo de produção capitalista. Desta forma, o autor afirma a ocorreu a

[...] substituição de uma sociabilidade e solidariedade de base comunal, em que os indivíduos dividem uma história e uma experiência compartilhada, por sociabilidade e solidariedade que se constituem sobre sistemas abstratos e, muitas vezes, mediados por estruturas altamente institucionalizadas, que possibilitam a convivência e a colaboração entre indivíduos estranhos entre si. (FERRAZ, 2011, p. 13).

A partir de Giddens, Ferraz (2011) afirma que essas relações desencaixadas precisam se “reencaixar” através de sistemas institucionais, que ofereça estabilidade para ausência de conteúdo comum, pois sociabilidade e solidariedade são geradas

no interior do mercado, de forma mais abstratas e amplas e, mesmo assim, elas não constituem o mesmo grau de reciprocidade entre os indivíduos da sociedade.

Neste contexto, é fundamental compreender o Mercado e o Estado como instituições responsáveis pela convivência e colaboração social. Para enfrentar questões, no âmbito de uma sociedade moderna como a pobreza, por exemplo, faz-se necessário a construção de um nível abstrato de solidariedade. Para Ferraz (2011), é aqui que o Estado Moderno se consolida como uma instituição capaz de regular novos direitos e deveres que vão além do simples contrato mercantil, tornando o Estado em mediador de solidariedades.

Segundo Ferraz (2011), o Estado se tornou em um elemento fundamental para “desmercantilizar as relações sociais”, podendo compreendê-lo como uma instituição clivada de interesses e de caráter plural que precisa reconhecer os diferentes interesses de classe que o institui. É a partir disso, que se estabelece um fundo público no interior do Estado, que auxilia na desmercantilização das relações sociais e produz um processo de reconhecimento da alteridade dos interesses da sociedade. Desta forma, o Estado é um “espaço de disputa pela hegemonia política e pelos parâmetros da sociabilidade de uma sociedade”. (FERRAZ, 2011, p.14).

O surgimento do Estado Moderno em contraposição ao Estado Liberal implicou na inserção de novos direitos nas normas constitucionais, que deixaram de ter caráter de proteção do indivíduo contra as ingerências estatais e passaram a ter uma natureza de exigências de condutas do Estado. A este foi atribuído novas funções deixando de ter um papel passivo e assumindo novas funções. Assim, as Constituições<sup>2</sup> passaram a abordar os direitos individuais e também os direitos sociais constituindo-se em garantias positivas do Estado na busca pelo bem-estar social.

No Brasil, a Constituição de 1934 foi a primeira a citar “à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico”. No texto constitucional de 1988, os direitos sociais ganham uma atenção especial, sendo dedicado um capítulo próprio para esses direitos. O capítulo II; título II elenca no artigo 6º que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência

---

<sup>2</sup> Afonso (2009) cita a Constituição de Weimar, de 11 de agosto de 1919 e a Constituição Mexicana, de 05 de fevereiro de 1917, como importante marcos na consolidação dos direitos sociais. Segundo o mesmo, a Constituição Brasileira de 1934 foi fortemente influenciada pela Constituição de Weimar.

aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Neste contexto, os direitos sociais são garantidos por políticas realizadas pelo Estado e pela cobrança do cidadão que torna o direito um instrumento da dignidade humana.

### 1.1- DIREITO À EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A Constituição Federal (CF/88), em seu artigo 205, afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Tratando-se de direitos eles devem ser prestados sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme artigo 3º, IV do mesmo texto.

Além dos preceitos constitucionais de 1988, há outros documentos jurídicos que contém dispositivos relevantes a respeito do direito à Educação<sup>3</sup>. Todavia, a lei de maior referência para o sistema educacional brasileiro é a Lei 9394/1996 denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que traça os princípios fundamentais e objetivos da educação nacional. Ela possui natureza estrutural e especifica as diretrizes constitucionais referentes à educação, reproduzindo e reafirmando, em grande parte, as normas presentes nos artigos 205 e 206 da CF/88. No tocante à educação de crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), juntamente com a LDB, compõem as principais normas sobre esse tema.

O direito à educação consiste na compulsoriedade e na gratuidade se manifestando de várias formas dependendo do sistema legal, podendo se referir ao número de anos ou nível de escolaridade garantida a todos os cidadãos. Em nosso país, o ensino fundamental<sup>4</sup> foi declarado obrigatório e nesse sentido, Oliveira (2007)

---

Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948 (artigo 26), Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (artigo 13), a Declaração Universal dos Direitos da Criança que estabelece efetiva garantia à educação básica, em seu artigo 7º, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n. 9.394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), o Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001), entre outros.

<sup>4</sup> Com a promulgação da Emenda Constitucional 59/2009, a educação básica obrigatória e gratuita passa a ser dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

trabalha com a ideia de um direito e uma “dupla obrigatoriedade”. Trata-se de um direito, na medida em que todo cidadão tem o direito de acesso à educação nessa etapa da escolarização. A dupla obrigatoriedade refere-se no dever do Estado de garantir esse direito e, de outro lado, o responsável da criança de provê-la no sentido de que, em conjunto, tal direito se efetive. Assim,

“a gratuidade é a contrapartida da obrigação do cidadão em frequentar a escola e da obrigação do Estado em fornecê-la a todos, pois do contrário, a compulsoriedade seria apenas um ônus para a família, não se caracterizando um direito do indivíduo” (OLIVEIRA, 2007, p.16).

A Emenda nº 59/2009 inseriu no texto da CF/88, a definição de educação básica apresentada pela LDB, formada pela educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e ensino médio (Art 21, inciso I). Assim, com a emenda estendeu-se a obrigatoriedade para a faixa etária dos 4 aos 17 anos. A mudança se refere na obrigatoriedade antes relacionada ao ensino fundamental “na idade própria”, vinculada a uma etapa de ensino específica. Agora, toda criança a partir dos 4 anos deve obrigatoriamente ser matriculada na pré-escola, ingressar no ensino fundamental e permanecer até aos 17 anos, independente do ano ou da etapa. Aos 17 cessa a obrigatoriedade, mesmo que o cidadão não tenha concluído o ensino médio e mesmo o ensino fundamental, que ocorre com frequência no Brasil se observada as taxas de distorção idade-série.

O tema do direito à educação é tratado de várias formas nas Constituições brasileiras. A obrigatoriedade escolar para o ensino primário é introduzida na Constituição Federal de 1934 (CF/34) com duração de cinco anos. Com a Constituição Federal de 1967 (CF/67), ampliou-se o período para oito anos e com a Lei nº 5.692 de 1971 alteram-se a nomenclatura de educação elementar para ensino de primeiro grau, fundindo-se assim, o ensino primário e ginásial. Em 2009, com EC 59, o ensino obrigatório passa abranger esse nível de ensino restringindo o direito à educação à faixa etária dos 7 aos 14 anos de idade. (OLIVEIRA, 2007).

Nos textos legais, observa-se a influência das concepções católicas a respeito da definição das instituições responsáveis pela educação, com preferência da família em detrimento do Estado. Isto é explicitada na CF/34 quando cita a

precedência da “família” sobre os “Poderes Públicos” e na CF/67 quando relata que o “ensino será ministrado no lar e na escola” (BRASIL, 1934, 1967).

Oliveira (2007) assegura que nos textos das constituições anteriores a 1988 não são previsto mecanismos jurídicos para que o direito à educação se efetive, não se menciona a educação infantil como integrante do direito à educação e apenas no texto de 1969, explicita-se o dever do Estado em garantir a educação compulsória para todos.

O texto Constitucional de 1988 é considerado o mais importante, pois, declara a educação no rol dos direitos sociais e como dever do Estado, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, define responsabilidade dos entes federados e também destinação de recursos para a educação.

Destaca-se um avanço em termos da efetivação de igualdade de todos perante a lei e inova a formulação da gratuidade, assegurando-a para todos os níveis. Amplia-se a gratuidade para o ensino médio<sup>5</sup> e para o ensino superior e inclui a educação infantil no sistema de ensino. Oliveira (2007) destaca que essas etapas da educação básica já eram gratuitas nos estabelecimentos oficiais, apesar da inexistência de disposição legal no âmbito federal. O que se aperfeiçoou foram os mecanismos capazes de garantir, em termos práticos, os direitos sociais, entre eles a educação.

Como consequência, o poder público como titular do dever jurídico, deve organizar-se para fornecer os serviços educacionais a todos, de acordo com os princípios instituídos na Constituição, sempre no sentido de ampliar cada vez mais as possibilidades de que todos venham a exercer igualmente este direito. Para isso, Duarte (2007) afirma que o Estado precisa aparelhar-se para fornecer a todos progressivamente os serviços educacionais mínimos. Isso significa reconhecer que o direito à educação só se efetiva mediante o planejamento e a implementação de políticas públicas.

Ao longo dos anos, a Educação tornou-se um dos requisitos para que os sujeitos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, constituindo-se assim, em condição necessária para que se usufruam outros direitos sociais (OLIVEIRA, 2007). Assim, a educação assume “uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de

---

<sup>5</sup> A Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, alterou a redação do inciso II deste artigo para “progressiva universalização do ensino médio gratuito”.

todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para a reinserção no mundo profissional” (CURY, 2002, p.246). A dimensão da cidadania configura-se concretamente em condição de igualdade de direitos civis, políticos e sociais. (REGO, 2008).

Para compreender a construção e constituição de elementos da cidadania, faz-se necessário remeter-se de forma breve ao referencial teórico de Marshall que apresenta a compreensão da evolução dos direitos que integram a cidadania. Os estudos de Carvalho (1998) e de Roberts (1997) estabelecem a partir da obra de T.H. Marshall, uma distinção sociológica entre os direitos civis, políticos e sociais e afirmam a necessidade de uma interdependência entre os três tipos de direitos.

Os direitos civis são constituídos pelos direitos essenciais ao exercício da liberdade individual, liberdade de contratar e liberdade de possuir propriedade. Os direitos políticos são definidos como o direito de participar do poder político local e nacional e pelo voto. Por direitos sociais, os autores entendem que este é composto por um conjunto de direitos e obrigações que possibilita a participação igualitária de todos os membros de uma comunidade nos seus padrões básicos de vida. Assim, os direitos sociais permitem que as pessoas compartilhem da herança social e tenha acesso aos padrões que prevalecem na sociedade. As instituições associadas mais especificamente à efetivação dos direitos sociais são: o sistema educacional, os serviços de saúde e de assistência social. A natureza da cidadania social afeta a qualidade da cidadania civil tanto quanto a da cidadania política. (ROBERTS, 1997).

Na Inglaterra, país no qual se gerou a moderna democracia, os direitos surgiram sequencialmente na seguinte ordem: direitos civis, direitos políticos e sociais. Os direitos civis se deram com o senso da liberdade e o aparato da justiça real que fazia valer esses direitos, que os garantia, mesmo que de maneira imperfeita e desigual. A convicção de ser livre e a existência de uma justiça que protegia esta liberdade eram elementos poderosos na fecundação de uma consciência cívica. (CARVALHO, 1998, p.35).

Na sequência, os direitos políticos foram consolidados com as instituições representativas e com a expansão do direito ao voto. Com a ampliação da participação no poder, o próximo passo foi à conquista dos direitos sociais via ação do Estado. A forma como se consolidou a ordem desses direitos, constituiu, nas palavras de Carvalho (1998, p.35), “um precioso elemento para explicar a solidez do

sentimento democrático e a maior completude da cidadania nos países do ocidente europeu e nos Estados Unidos”.

Entretanto, no Brasil, a ordem do surgimento dos direitos se deu de outra forma. Primeiro surgiram os direitos sociais e políticos registrados na Constituição de 1824. O aparecimento desses direitos se deu “pelo ato de fundação de nacionalidade, realizado quase se luta, numa transição do regime colonial para a vida independente”. Com a abolição da escravidão (1888), os ex-escravos foram incorporados aos direitos civis apenas no sentido formal. Não havia um povo organizado politicamente nem um sentimento nacional consolidado. (CARVALHO, 1998, p.35).

Com as reformas constitucionais em 1934 e 1988, aconteceram as expansões do voto em nosso país, sem grandes pressões populares. Desta forma com a existência dos direitos políticos sem o prévio desenvolvimento de direitos civis, da convicção cívica da liberdade individual e dos limites do poder do Estado acabou refletindo no exercício falho da cidadania política. (CARVALHO, 1988).

Já os direitos sociais no Brasil expandiram-se antes dos direitos políticos e foram introduzidos no período da ditadura, portanto, novamente sem luta política. A legislação social permitiu uma política sindical que favorecia o controle estatal sobre as organizações operárias, reforçando a precariedade da cidadania (CARVALHO, 1998, p.37). Desta forma, constata-se no nosso país um difícil processo de construção da cidadania, resultado de um passado baseado em uma sociedade escravocrata, analfabeta, com uma economia baseada na monocultura e latifúndio e um Estado Absolutista. (COUTO, 2012).

A partir das ideias de Marshall, Roberts (1997) afirma que diante do desenvolvimento humano, há uma contradição. De um lado, existe a igualdade humana, implícita na condição de membro de direito de uma sociedade, definida como cidadania. Do outro lado, tem-se a desigualdade social resultante das diferenças de poder e do funcionamento das economias de mercado. O mercado depende e reforça os direitos individuais, como direitos de propriedade e o direito ao trabalho, fornecendo uma base para a expansão de uma cidadania civil, tornando as pessoas iguais perante a lei, independente do seu status. Entretanto, por outro lado, o mercado gera disparidade de riqueza individual, destruindo as solidariedades tradicionais.



A desigualdade criada pelo mercado e a igualdade inerente à cidadania são contradições solucionadas, em parte, pela extensão da cidadania política. Assim segundo Roberts (1997), os desfavorecidos pelo mercado se valem do voto e da organização política para reduzir as desigualdades econômicas, por exemplo, por meio da criação de impostos redistributivos ou de uma legislação de proteção ao trabalhador.

Todavia, a diminuição das desigualdades, a partir dos elementos civil e político da cidadania, provavelmente só acontecem de modo eficaz, se os membros de uma sociedade compartilham de um padrão básico de vida e cultura que inclui, a educação, assistência médica e demais serviços sociais. Para Roberts (1997), o efetivo exercício dos direitos civis e políticos dos membros de uma sociedade, exigem que eles estejam livres da insegurança e da dependência impostas pela miséria, pela doença e pela carência de educação e de informação.

Segundo Jacobi (2008), o processo de construção de cidadania é marcado por contradições na medida em que aparecem três dinâmicas concomitantes: o reconhecimento e a construção das identidades dos diferentes sujeitos sociais; o contexto da inclusão das necessidades apresentadas pelos sujeitos sociais e a definição de novas agendas de gestão para atendimento de forma a proporcionar a universalidade e equidade para todos.

Isto impõe aos poderes públicos uma série de atribuições tendentes à realização de finalidades coletivas. Assim, no Estado social de direitos, a elaboração e a implementação de políticas públicas constituem o eixo orientador da atividade estatal, “o que pressupõe a reorganização dos poderes em torno da função planejadora, tendo em vista a coordenação de suas funções para a criação de sistemas públicos de saúde, educação, previdência social etc.” (DUARTE, 2007, p. 694).

A relação entre educação e eliminação do ciclo de pobreza intergeracional supõe a educação como direito capaz de habilitar o sujeito à aquisição ou fruição de novos direitos, ampliando sua atuação no desenvolvimento pela inclusão econômica e também pela participação cidadã. Considera-se que o acesso à escolarização favorece a oportunidade para o desenvolvimento de algumas condições fundamentais para a cidadania, principalmente para as crianças, adolescentes e jovens mais pobres da sociedade. Como forma de viabilizar o exercício do direito à educação a todos os segmentos da sociedade, tem-se adotado a educação

compulsória como instrumento para que a educação passe a ser garantida como direito fundamental para todos. (PINTO; ALVES, 2010).

No Brasil, a definição da obrigatoriedade para uma etapa de ensino ou faixa etária tem sido adotada desde 1934<sup>6</sup>. Em 2005, a Lei nº 11.114, estabeleceu a obrigatoriedade de pais ou responsáveis matricularem seus filhos aos 6 anos de idade, antecipando a escolarização. No ano seguinte, 2006, a Lei nº 11.274 ampliou a duração do ensino fundamental para nove anos. Embora tais modificações tenham despertado discussões, ressalta-se que o mais importante é que as populações oriundas dos estratos menos favorecidos socioeconomicamente ganharam o direito de mais um ano de escolarização. (OLIVEIRA, 2007).

A universalização do ensino fundamental é segundo Oliveira (2007), um processo que não está inteiramente concluído. Por um lado, trata-se de um amplo processo democratizador por meio do qual parcela da população pobre progrediu no sistema educacional. Por outro, faz com que os processos de diferença e exclusão social mudem de qualidade e lugar emergindo assim a importância do debate sobre a qualidade de ensino como componente do direito à educação.

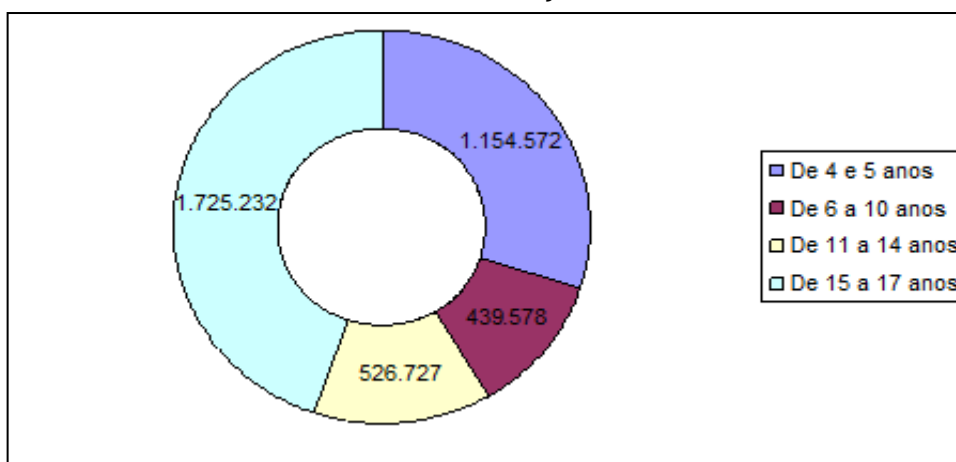
Estudo divulgado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES, 2014), afirma que o número de matrículas na educação básica está em queda em todas as regiões do Brasil. Isto se deve, possivelmente, pela transição demográfica, com a redução de nascimentos e a diminuição dos estratos populacionais mais jovens.

Entretanto, segundo o Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes não frequentavam a escola. Constata-se um percentual considerável de crianças e jovens ainda fora da escola, na educação infantil (1,1 milhão) e no ensino médio (1,7 milhão), conforme demonstra o gráfico 1.

---

<sup>6</sup> Oliveira; Alves (2010) e Farenzena (2009) apresentam, em uma perspectiva histórica, uma síntese da evolução da obrigatoriedade da educação.

Gráfico 1- Quantidade de Crianças fora da escola em 2010



Fonte: UNICEF (2014)

Os fatores que interferem no acesso à escola se repetem em todas as faixas etárias. As crianças e os adolescentes negros, que vivem na zona rural, pobres ou oriundos de famílias em que os pais ou responsáveis têm pouca ou nenhuma escolaridade são os mais excluídos. Ainda são vítimas da exclusão escolar as crianças e os adolescentes quilombolas, indígenas, com deficiência ou em conflito com a lei. (UNICEF, 2014).

As famílias em situação de vulnerabilidade social apresentam dificuldades para manter suas crianças na educação básica, o que permite afirmar que a desigualdade econômica dificulta o acesso e, principalmente, a permanência das crianças na escola. A falta de recursos financeiros resulta na exclusão da educação, que por sua vez, dificulta a inserção e participação do desenvolvimento econômico e social do país, perpetuando assim, o ciclo de pobreza e exclusão. Isto reflete as desigualdades existentes na sociedade brasileira e aponta para o desafio de garantir o direito de todas as crianças e adolescentes à educação pública de qualidade.

Como forma de garantir o direito à educação às crianças e adolescentes vítimas da exclusão escolar, os programas de transferência de renda condicionada são apresentados como soluções transitórias para a redução da pobreza. No Brasil, a transferência de renda condicionada no âmbito da política educacional tem sido implementada desde a década de 1990. A transferência de renda associado ao cumprimento de frequência escolar se iniciou com a criação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto, em São Paulo e com a implantação do programa Bolsa-Escola e Poupança-Escola em

Brasília. Em seguida, as iniciativas municipais foram incorporadas pelo governo federal, impulsionando a criação de vários programas, com destaque para o Bolsa-Escola em 2001, o único na federação que apresentou a condicionalidade de frequência escolar como requisito para o repasse do benefício. (SANTOS, 2014).

## **CAPÍTULO 2 - QUE É O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA?**

Tendo em vista compreender as relações entre a política social de combate à pobreza e no seu interior a questão educacional é apresentada a seguir as características e as especificidades do Programa Bolsa Família.

O PBF foi criado em outubro de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio da Silva, por meio da medida Provisória nº 132, logo após foi convertida na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004a), e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro do mesmo ano (BRASIL, 2004b). Trata-se de um programa de transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Segundo informações divulgadas pelo MDS, esse programa integra o PBSM e caracteriza-se como um programa de renda condicionada e tem em relação aos seus bolsistas, os seguintes objetivos:

- I - Garantia de renda, para alívio imediato a situação de pobreza;
  - II- Inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades;
  - III – Promover acesso aos serviços públicos;
  - IV - Melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias.
- Ainda, estão associados ao programa ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os bolsistas consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Para Rego e Pinzani (2014, p. 20) a pobreza é um problema complexo, e como tal, não admite uma solução fácil, portanto, não pode ser simplesmente resolvida por meio de um programa de transferência de renda direta. Estudos sobre este tema não podem ser limitados a uma mera análise da desigualdade, segundo os autores, tal fenômeno sempre se associa a uma renda insuficiente, elemento essencial a ser considerado em qualquer estudo sobre pobreza.

Para definir quem são os pobres em uma sociedade, os autores afirmam que em primeiro lugar se devem identificar os pobres entre a população geral, traçando uma linha da pobreza. Em segundo lugar, é necessário considerar as diferentes

características comuns aos pobres para se chegar a uma avaliação do nível da comunidade analisada. Isso pode variar bastante de comunidade para comunidade.

Além da renda, Rego e Pinzani (2014) destacam outros fatores que ajudam a definir a pobreza e o pobre. É necessário considerar os fatores objetivos que dizem respeito à classe social e econômica, a etnia ou a cor da pele, o gênero, a idade, composição e estrutura familiar. É relevante também, analisar os aspectos subjetivos que envolvem a falta ou ausência absoluta de esperança de mudar sua situação no futuro. Tais aspectos podem tornar os indivíduos resignados ou violentos, aumentando a sua vulnerabilidade e expondo-o à exploração de toda ordem.

A população alvo do PBF é constituída por famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa. As famílias pobres são consideradas as que têm renda entre R\$ 77, 01 e R\$154,00 por pessoa e podem participar o programa, desde que tenham em sua composição gestantes, crianças e/ou adolescentes entre 0 e 17 anos. (MDS, 2015).

Collares (2014) menciona a dificuldade de considerar a correlação existente entre os dados apresentados da população brasileira em situação de pobreza e dos dados dos bolsistas do programa. Segundo a autora, os perfis elaborados por pesquisadores apresentam a população considerada pobre e extremamente pobre sem determinar a margem dessa população que recebe o valor monetário do PBF, dificultando assim a definição do perfil dos bolsistas. Além disso, é preciso considerar a diversidade da pobreza existente no Brasil. A população pobre do interior do país apresenta características diferentes daquelas das grandes cidades. Assim, a construção de um perfil dos beneficiários do programa pode ser estabelecida apenas de forma aproximada.

A seleção das famílias para o PBF é, de acordo com o MDS, realizada com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas sociais do Governo Federal (CadÚnico). Este é um instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Com base nesses dados, MDS seleciona as famílias que recebem todos os meses uma quantia depositada pelo governo federal<sup>7</sup>. O saque é realizado com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher.

---

<sup>7</sup> É possível ter acesso à lista dos bolsistas, com os respectivos valores transferidos. Essa divulgação é feita em meios eletrônicos e a relação pode ser vista no site da Caixa Econômica Federal (CEF) e também

Conforme o MDS, 93% das mulheres chefiam as famílias beneficiadas pelo PBF. Para gestores, pesquisadores e estudiosos do tema, é quase unânime privilegiar a titularidade das mulheres, pois, parte-se do pressuposto que as mulheres sabem o que é melhor para a família. O estudo de Rego e Pizani (2014) confirmam que elas usam o dinheiro para comprar, principalmente, alimentos e roupas, seguidos de outros itens básicos. A experiência do PBF fornece, para grande maioria das mulheres, um rendimento regular revelando alterações complexas em suas vidas referentes a decisões de ordem moral, mais liberdade pessoal e a aquisição de mais respeitabilidade na vida local.

Para receber o valor, as famílias devem cumprir os compromissos e responsabilidades, chamadas de condicionalidades, no âmbito da educação e da saúde para poder receber a bolsa concedida pelo programa. Existem seis diferentes tipos de bolsas que são concedidos às famílias conforme suas características.

As famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal de até R\$ 77,00 per capita, com ou sem crianças, adolescentes, jovens ou gestantes, recebe, o **Benefício Básico (BB)** que é de R\$ 77,00. As famílias com renda mensal de até R\$154,00 per capita que tenham crianças, adolescentes de até 15 anos e/ou gestantes recebem o **Benefício Variável (BV)** que é de R\$ 35,00. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis que são divididos em: **Benefício Variável à Gestante (BVG)**, que é pago em nove parcelas às famílias que tenham gestantes identificadas pelo Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde e **Benefício Variável Nutriz (BVN)**, que é concedido em seis parcelas às famílias que tenham crianças de 0 a 6 meses de idade identificadas no Cadastro Único.

O **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BJV)** é concedido às famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos, no valor de R\$ 42,00 que pode receber até dois benefícios. O **Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP)** é concedido às famílias que, mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF, permanecem em situação de pobreza extrema (renda per capita mensal de até R\$70). O valor da bolsa é calculado caso a caso e corresponde ao necessário para que a família supere os R\$ 77 mensais por pessoa.

Para melhor compreensão, as tabelas 1 e 2 abaixo apresentam um resumo dos valores das bolsas pagas às famílias de acordo com suas características.

TABELA 1 - TIPO DE BOLSA PARA FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITAL MENSAL DE ATÉ R\$77,00

Número de gestantes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de bolsa	Valor da bolsa
0	0	Básico	R\$ 77,00
1	0	Básico + Variável	R\$ 112,00
2	0	Básico + 2 Variáveis	R\$ 147,00
3	0	Básico + 3 Variáveis	R\$ 182,00
4	0	Básico + 4 Variáveis	R\$ 217,00
5	0	Básico + 5 Variáveis	R\$ 252,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 119,00
1	1	Básico + 1 Variável + 1 BVJ	R\$ 154,00
2	1	Básico + 2 Variáveis + 1 BVJ	R\$ 189,00
3	1	Básico + 3 Variáveis + 1 BVJ	R\$ 224,00
4	1	Básico + 4 Variáveis + 1 BVJ	R\$ 259,00
5	1	Básico + 5 Variáveis + 1 BVJ	R\$ 294,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 161,00
1	2	Básico + 1 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 196,00
2	2	Básico + 2 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 217,00
3	2	Básico + 3 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 266,00
4	2	Básico + 4 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 301,00
5	2	Básico + 5 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 336,00

Fonte: MDS, 2015. Atualizado (2015).

TABELA 2 - TIPOS DE BOLSA PARA FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITAL MENSAL DE R\$ 77,01 A R\$154,00

Número de gestantes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de bolsa	Valor da bolsa
0	0	Não recebe o benefício	-
1	0	1 Variável	R\$ 35,00
2	0	2 Variáveis	R\$ 70,00
3	0	3 Variáveis	R\$ 105,00
4	0	4 Variáveis	R\$ 140,00
5	0	5 Variáveis	R\$ 175,00
0	1	1 BVJ	R\$ 42,00
1	1	1 Variável + 1 BVJ	R\$ 77,00
2	1	2 Variáveis + 1 BVJ	R\$ 112,00
3	1	3 Variáveis + 1 BVJ	R\$ 147,00
4	1	4 Variáveis + 1 BVJ	R\$ 182,00
5	1	5 Variáveis + 1 BVJ	R\$ 217,00
0	2	2 BVJ	R\$ 84,00
1	2	1 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 119,00
2	2	2 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 154,00
3	2	3 Variáveis + 2 BVJ	R\$ 189,00



4	2	4 Variáveis + 2 BJV	R\$ 224,00
5	2	5 Variáveis + 2 BJV	R\$ 259,00

Fonte: MDS, 2015. Atualizado (2015).

Campelo (2013) relata que com a opção de operar com o repasse da bolsa em valor monetário para as famílias gerou-se uma grande polêmica na qual afirma-se que as famílias de menor renda não saberiam fazer uso adequado dos recursos transferidos. A experiência mostrou que as famílias definem o melhor uso do dinheiro, tendo em vista suas características e necessidades, podendo realizar um planejamento financeiro capaz de ampliar suas perspectivas e oportunidades.

Outra crença difundida é de que as famílias passariam a ter mais filhos com a intenção de ter acesso a um maior número de recursos. Entretanto, as evidências empíricas afirmam que o PBF não tem provocado aumento da taxa de fecundidade entre as mulheres beneficiárias. Alves e Cavenaghi (2013) afirmam que a tendência de declínio da fecundidade da população brasileira continua em todas as faixas de renda e a redução recente tem sido maior entre os mais pobres. Os estados menos desenvolvidos e com maior percentual de bolsistas também apresentam queda na taxa de fecundidade. Isso se deve, de acordo com Jannuzzi e Pinto (2013), a ampliação do uso de métodos contraceptivos pelas mulheres bolsistas reforçando a autonomia e o exercício dos direitos reprodutivos.

Ainda Campelo (2013) cita o mito de que o PBF atuaria de modo a acomodar as famílias, gerando dependência e favorecendo o não interesse por uma vaga no mercado de trabalho. Dados empíricos comprovam que os indicadores de ocupação, procura de emprego ou jornada de trabalho são muito próximos entre bolsistas e não bolsistas. (JANNUZZI ; PINTO, 2013).

O PBF se consolidou como política de Estado, configurando-se como um dos elementos centrais das políticas sociais brasileira derrubando assim, a crença que o programa seria de natureza populista (CAMPELO, 2013).

De acordo com o MDS (2015), cada R\$ 1,00 investido no programa se transforma em R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB), são investidos em torno de 0,5% do PIB para atingir 14 milhões de pessoas. Em 12 anos do programa, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza. Ainda de acordo com Campello (2015), o PBF é responsável por manter 97% dos 17 milhões de crianças e adolescentes na escola.

Entretanto, conforme Bichir (2010) há pouco consenso em torno do PBF entre políticos de diversos partidos, especialistas em políticas sociais e programas de combate à pobreza e estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Há divergências em torno da eficácia e da necessidade das condicionalidades, em torno de seus impactos, sua utilização político eleitoral e a sua sustentabilidade política e econômica.

Segundo Bichi (2010) diversos autores asseguram que a recente redução da pobreza e da desigualdade no Brasil se deve a relevância dos programas de transferência de renda, em especial o PBF e o BPC, divergindo, porém, em relação ao peso relativo dos fatores responsáveis por essa dinâmica. Outros mencionam fatores como, mudança de mercado de trabalho e dinamismo recente da economia.

A autora diz ainda, que vários estudos citam que o PBF tem maior impacto sobre os índices de desigualdade do que sobre a pobreza. A eficácia do PBF na redução da desigualdade está ligada à progressividade dos benefícios, que são bem direcionados para os mais pobres. Por outro lado, o PBF tem pouco impacto sobre a redução da proporção de pobres devido ao baixo valor dos benefícios transferidos, que ficam abaixo da linha da pobreza. Apesar das divergências, cada vez mais se reconhece que o PBF é bem focalizado e com cobertura de grande fôlego. Todavia, seria ingênuo depositar expectativas de reversão de problemas históricos do país em um único programa de transferência de renda. (BICHIR, 2010).

## 2.1 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – ATRIBUIÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Devido à grande extensão territorial do nosso país, entre outros fatores, a implementação do PBF contou com atribuições específicas dos governos federal, estadual e municipal.

De acordo com o MDS, ao Governo Federal cabem diversas responsabilidades, entre elas o financiamento do benefício, a definição e aplicação da normativa legal e das instruções técnicas, a definição da cobertura e expansão do programa em cada município, a transferência de recursos para apoiar a gestão local do programa e contratação do agente executor — a Caixa Econômica Federal

— e o monitoramento da sua atuação. Ainda, a instância federal tem responsabilidades de controlar e fiscalizar a execução do programa, capacitar os agentes em todos os níveis e fazer a gestão do CadÚnico para selecionar os bolsistas e realizar a focalização adequada do programa.

Já os governos estaduais, tem a função de apoiar os governos municipais no desenvolvimento do programa, amparar no cadastramento dos bolsistas e gestão local do CadÚnico, capacitar as equipes e fortalecer a organização local do programa.

Com relação ao governo municipal, cabem a eles, de certa forma, as tarefas mais importantes e efetivas do programa. São elas: definir um gestor do Programa Bolsa Família, segundo exigência do MDS, e oferecer as condições adequadas para o exercício das tarefas de cadastramento da população pobre no município e informar os dados ao Governo Federal; orientar a população a respeito do Programa, operar o Cadastro Único no município; realizar o controle do cumprimento pelas famílias bolsistas das condicionalidades do programa e desenvolver ações complementares ao PBF, que tenham por objetivo a inserção social das famílias em situação de pobreza e, ainda, fornecer o apoio à criação da Instância de Controle Social (ICS) do PBF no município e a participação nesta instância.

Para aperfeiçoar e integrar a gestão dos principais processos do PBF, a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc) e o Departamento de Tecnologia do MDS, desenvolveu o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), com aplicação online. Este sistema incorpora e disponibiliza módulos para apoiar os processos de gestão do Cadastro Único, da relação com Estados e Municípios, do controle Social, de benefícios, das condicionalidades entre outros.

Este sistema é destinado aos gestores e técnicos municipais e coordenadores e técnicos estaduais que trabalham na gestão do PBF. Entretanto, podem ter acesso outros grupos que participam do processo de gestão do PBF como: os órgãos de controle, as Instâncias de Controle Social, os cidadãos e os próprios bolsistas.

Através do SIGPBF é possível ter acesso a dados atualizados das equipes que participam da gestão do programa nas três esferas de governo, permite o gestor ou o coordenador acompanhar as informações de sua adesão e fornecer

instrumentos de dados de gestão do MDS, dos Estados e Municípios. O sistema apresenta ferramentas<sup>8</sup> que facilitam a navegação do usuário.

## 2.2 – CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

De acordo com informações divulgadas no site do MDS, as condicionalidades são compromissos adotados pelos bolsistas do programa, que devem assumi-los e cumpri-los para continuar recebendo a bolsa e, pelo poder público, que deve oferecer os serviços públicos de saúde, educação e assistência social. O objetivo das condicionalidades é uma forma de ampliar o acesso dessas famílias aos seus direitos sociais básicos.

Na área de saúde, as famílias bolsistas devem acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também precisam fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizas (lactantes), precisam realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

O poder público é o responsável de fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades e implementar ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social. Caso a família encontre dificuldades em cumprir as condicionalidades, o MDS orienta que as famílias busquem o gestor municipal do PBF, o CRAS, o CREAS ou a equipe de assistência social do município, para que essas instituições auxiliem as famílias a superar as dificuldades encontradas. O descumprimento das condicionalidades por parte das famílias pode gerar alguns efeitos no benefício recebido. Os efeitos são gradativos conforme o quadro 2.

---

<sup>8</sup> Aplicativo Controle de Acesso (login e senha); Aplicativo de Adesão Municipal; Aplicativo de Adesão Estadual; Aplicativo (Upload/Download de arquivos); Aplicativo de Formulários (Sasf); e Aplicativo de integração com o Sistema de Condicionalidades (Sicon).

Quadro 2- Efeitos gradativos do não cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Nº	Famílias BFA e BVJ	DESCRIÇÃO DOS EFEITOS DE CONDICIONALIDADES	AÇÃO NO BENEFÍCIO
1º	Advertência	A família é notificada sobre o descumprimento da condicionalidade. Esse efeito fica registrado no histórico de descumprimento da família durante seis meses. Após esse período, se a família tiver um novo descumprimento, o efeito será uma nova advertência.	Nenhum efeito no benefício.
2º	Bloqueio (30 dias)	Se, no período de 6 meses da última advertência, a família tiver um novo descumprimento, o efeito será o bloqueio.	O benefício é bloqueado por 30 dias, podendo ser sacado junto com a parcela do mês seguinte.
3º	Suspensão (60 dias)	<p>Se, no período de seis meses após o efeito de bloqueio, a família tiver um novo descumprimento, o efeito será a suspensão.</p> <p>Se a família continuar descumprindo as condicionalidades dentro do período de seis meses após a última suspensão, ela receberá novo efeito de suspensão e, assim, sucessivamente — ou seja, a suspensão será reiterada.</p> <p>Se a família passar seis meses sem cumprir as condicionalidades e, depois desse tempo, tiver um descumprimento, o efeito será uma nova advertência.</p> <p>O número de suspensões reiteradas da família será monitorado no Sistema de Condicionalidades (Sicon) e representará um indicativo de que a família está em situação de vulnerabilidade, necessitando de uma ação da Assistência Social.</p>	O benefício é suspenso por 60 dias e não poderá ser sacado após esse período. Passados os dois meses, a família voltará a receber o benefício do PBF.
4º	Cancelamento	<p>O benefício somente poderá ser cancelado se a família:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estiver na fase da suspensão (período de seis meses após o último efeito de suspensão);</li> <li>▪ For acompanhada pela Assistência Social, com registro no Sicon; e</li> <li>▪ Continuar descumprindo as condicionalidades por um período maior do que 12 meses, a contar da data em que houver a coincidência de registro dos dois itens anteriores.</li> </ul>	Cancelamento do benefício.

Fonte: MDS (2015)

Conforme o calendário de cada condicionalidade é realizado um acompanhamento e o MDS informa, por meio do Sistema de Condicionalidades (Sicon), as famílias que descumpriram as condicionalidades do programa. As famílias são notificadas através de correspondência escrita e pelo extrato bancário do benefício.

O Sicon é uma ferramenta de apoio a gestão intersetorial. Trata-se de um sistema multiusuário para gestores Federal, Estadual e Municipal e Instâncias de Controle Social, que promove a integração e consolidação das informações oriundas dos sistemas específicos desenvolvidos pelos Ministérios da Educação e da Saúde.

Para os municípios, o sistema disponibiliza as seguintes funcionalidades de pesquisa: pessoa (básica e avançada), famílias em descumprimento de condicionalidades (básica e avançada), consulta à composição familiar, composição do benefício, endereço e histórico de condicionalidades da família, consulta a relatórios consolidados, cadastro e julgamento de recursos administrativos sobre os descumprimentos de condicionalidades e, ainda, a funcionalidade de acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em 2013 o MDS, elaborou a Instrução Operacional Conjunta nº 19 (MDS, 2013) com a finalidade de divulgar aos estados e municípios orientações para a inclusão das famílias do PBF em descumprimento de condicionalidades, especialmente as que estejam em fase de suspensão do benefício. Segundo o documento,

o adequado monitoramento das condicionalidades pelas áreas de educação e de saúde permite identificar vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias a esses serviços a que têm direito, demandando ações do poder público direcionadas ao acompanhamento dessas famílias em situação de descumprimento. (MDS, 2013).

Para a realização do acompanhamento dessas famílias faz-se necessário o estabelecimento de vínculo entre o profissional e a família. Porém, a construção desse vínculo é comprometida pela própria situação de vulnerabilidade e riscos enfrentados pela família, decorrentes da falta de assistência e respostas do poder público para as suas demandas.

Dessa forma, é importante que os sujeitos envolvidos no acompanhamento familiar criem estratégias para que esse vínculo seja construído e permita que o

poder público atue sobre as situações que dificultam o acesso dos bolsistas aos serviços básicos de educação e de saúde e, conseqüentemente, promova o retorno regular dos bolsistas a esses serviços, garantindo a continuidade da transferência de renda do programa. (MDS, 2013).

### 2.3 – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO

As condicionalidades do PBF estão prevista no artigo 3º da Lei nº 10.836, de 2004. No mesmo ano, o Decreto nº 5.209 regulamentou a Lei e atribuiu ao MEC à responsabilidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento da condicionalidade educação. O acompanhamento da freqüência escolar dos alunos bolsistas do PBF é realizado desde 2005 pelo MEC e, conforme os dados do Censo de 2013 são aproximadamente 17,5 milhões de crianças, jovens e adolescentes, representando um terço do total de matrículas da Educação básica (MEC, 2014).

Para o acompanhamento da frequência escolar são coletados dados e informações que são registrados no Sistema de Informação do Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF (Sistema Presença). Através deste sistema, os gestores públicos podem atuar intersetorialmente buscando soluções para a melhoria da qualidade de acesso, da permanência e do sucesso escolar da população bolsistas do PBF.

Segundo o MEC (2014), os dados referentes à condicionalidade educação podem ser coletados de três formas: I – por meio de formulários impressos do próprio Sistema Presença e distribuídos às escolas; II – registro das informações no Sistema Presença realizado pelo operador master; e III – Por meio de compartilhamento de arquivos entre município e o MEC utilizando a funcionalidade disponibilizada pelo sistema e bases de dados. Dentre as três opções, a impressão de formulários continua sendo a estratégia mais utilizada. Os formulários são impressos pelos coordenadores municipais e distribuídos nas escolas, pactuando um prazo para a devolução dos mesmos preenchidos com o registro da frequência escolar, considerando o calendário de acompanhamento da frequência escolar do PBF. Nesse processo, o registro das informações no Sistema Presença está

centralizado na Secretaria Municipal da Educação, porém, o responsável pela informação da frequência escolar é sempre a escola.

Na ocasião de coleta de dados, as escolas precisam verificar se o estudante que participa do PBF cumpriu ou não a frequência mínima exigida pelo programa. Quando se observa o não cumprimento da frequência mínima é necessário indicar o motivo da infrequencia. Em 2013, os principais motivos da infrequencia registrados no Sistema Presença foram: a escola não informou o motivo com 228.160 casos; tratamento de doença/atenção à saúde do aluno (112.904); negligência dos pais ou responsáveis (69.036); desmotivação/desinteresse pelos estudos (67.906) e; trabalho infantil (323). (MEC, 2014).

No âmbito do PBF, o MEC (2014) afirma que torna-se necessário que a instituição escolar, responsável pelo acompanhamento e disponibilização das informações sobre a frequência escolar, se comprometa e perceba que ela não é apenas informante da infrequência dos bolsistas do programa, mas que essas informações possibilitam:

- I - A efetivação de políticas públicas para o enfretamento das condições de pobreza;
- II - Indica a mobilização de ações para os casos de crianças e adolescentes que não cumpriram os percentuais mínimos de frequência escolar;
- III - Enfatiza a importância e a permanência da criança e do adolescente na escola, funciona como alerta para as possíveis violações dos direitos das crianças e adolescentes e;
- IV- Reforça a importância da educação como direito.

Para fortalecer a educação, no âmbito do Bolsa Família, o MDS e o MEC elaboraram a norma técnica nº 2 de 05 de setembro de 2014 que destaca várias estratégias, entre elas, garantir o acesso universalizante à todos os bolsistas e avanços na gestão de acompanhamento dos bolsistas identificados como não localizados. Aproximadamente 2 milhões de bolsistas encontram-se na faixa etária de 06 a 17 anos dos quais cerca de 62 mil consta como não localizados no Sistema Presença.

Destaca-se também a estratégia de elaborar um plano articulado entre as áreas da educação, assistência social e da saúde para criar mecanismos que



antecedem o bloqueio da bolsa, considerando que, aproximadamente, 190 mil famílias encontram-se e situação de advertência a cada período de acompanhamento. (MEC, 2014).

Entre outras questões Santos Junior (2012) analisa o Sistema Presença e as categorias que justificam a quebra da condicionalidade. As conclusões do autor sugerem alteração do Sistema Presença para melhoria da gestão do benefício financeiro, pois a partir da sua pesquisa, o autor diagnosticou a falta de estrutura física e humana nos municípios para um desempenho do programa, baixa a articulação entre as Secretarias Municipais, como um todo, para a realização do monitoramento dos bolsistas, podendo-se afirmar que a gestão das condicionalidades é reduzida a simples frequência escolar. Já Calvacanti (2013) recomenda que, uma vez o impacto de frequência sendo positivo, torna-se significativo combinar esse efeito com políticas públicas de melhoria na qualidade para que as consequência se potencializem em longo prazo.

Para que isso seja efetivo, o Sistema Presença necessita ser organizado de modo a quantificar a frequência, o motivo da quebra da condicionalidade, o encaminhamento feito, os resultados alcançados, a situação de aprendizado do aluno e as intervenções pedagógicas necessárias. Entretanto, é um desafio, conforme Santos Junior (2012), a passagem do acompanhamento quantitativo da frequência escolar e encaminhamentos graduais, para acompanhamentos efetivos, que monitorem a presença e a inserção social por meio da relação ensino e aprendizagem dos alunos bolsistas do PBF. Significa focalizar eixos de gestão pública sobre políticas educacionais para a melhoria dos direitos sociais básico.

O controle das condicionalidades do PBF é outro ponto muito controverso. Para Bichir (2010), em termos institucionais, a exigência das contrapartidas é defendida por sua suposta contribuição ao desenvolvimento de capital humano em longo prazo, numa perspectiva que considera a pobreza para além da insuficiência da renda. Outra questão é sobre a necessidade implícita ou não do controle das condicionalidades. Exigir que a população mais pobre cumpra contrapartidas implica em uma negação do direito de receber parte da riqueza socialmente produzida.

Para Zimmermann (2006), sob a ótica dos direitos, não se deve impor a um direito contrapartidas, exigências ou condicionalidades, já que a condição de pessoa deve ser o requisito único para a titularidade de direitos. A partir do momento em que PBF estabelece condicionalidades para o recebimento do benefício, deixa-se de

trabalhar com a ideia de direito, visto que a um direito não se deve impor contrapartidas e exigências.

Segundo o autor, as concepções do programa devem ser reconsideradas sobre a imposição de condicionalidades e obrigações aos bolsistas. O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os bolsistas do programa, quando do não cumprimento das condicionalidades estabelecidas e/ou impostas uma vez que a responsabilidade de prover serviços de saúde, alimentação e educação com qualidade compete aos poderes públicos e não aos indivíduos. (ZIMMERMANN, 2006).

Piovesan e Massuquetti (2012) observam que há uma contradição na estrutura de cobrança da condicionalidade educação já que o acesso a escola é um direito dos indivíduos. Com o descumprimento das condicionalidades ocorre cancelamento da bolsa, permitindo que a criança ou adolescente fique fora da escola.

Vários autores defendem a existência das condicionalidades, porém questionam a efetividade, a disponibilidade e a qualidade dos serviços oferecidos, formando-se assim, questões referentes à qualidade da provisão de serviços pelo Estado. Ainda, pondera-se que as condicionalidades reforçam as obrigações sociais e legais dos responsáveis pelas crianças, a manutenção das crianças na escola.

De acordo com o MEC (2014), a condicionalidade educação tem como centralidade a promoção da garantia do direito de acesso e permanência à escolarização e contribuir para o sucesso escolar. A partir disso, vários estudos têm como objeto de estudo o PBF e o desempenho escolar.

Camargo (2012) e Couto (2012) buscaram encontrar alguma relação de causalidade entre os bolsistas do PBF, agregados por escola, e o desempenho escolar, medido pela taxa de aprovação, abandono e pela nota média nos exames de proficiência da Prova Brasil. Os resultados encontrados demonstram que escolas com maior proporção de alunos beneficiados já sofriam com notas inferiores antes mesmo da criação do PBF. Fica claro que as escolas com maior número de alunos atendidos pelo programa necessitam de atenção especial por parte dos gestores de políticas públicas, mesmo que a causalidade negativa entre proficiência e esta proporção não existisse.

Destaca-se também, a necessidade do contexto escolar perceber que com o acesso da população pobre à escola seja acompanhado de um grande esforço pela

melhoria da qualidade da educação, em termos materiais e humanos visando a garantir o cumprimento de um dever do Estado, portanto, um direito da população.

Os estudos de Soares e Souza (2013) e Assis *et al* (2012) sinalizam que o processo da universalização da educação possibilitou o acesso e frequência escolar de parcela da população pobre nas escolas públicas, mas em contrapartida, as políticas educacionais, a formação dos professores, o currículo, as práticas pedagógicas e os projetos políticos pedagógicos não consideram que a educação é um direito destes sujeitos também, desconsiderando o problema e as questões decorrentes da pobreza no processo ensino-aprendizagem.

De toda forma, constata-se que as populações historicamente excluídas da escola estão tendo acesso e, de certa forma, permanecendo no ensino fundamental. Com isso emerge o desafio da qualidade para todos como uma dimensão democratizante. Assim Oliveira e Araújo (2005) afirmam que cabe criar as condições de efetivação do princípio constitucional do padrão de qualidade do ensino (art. 206, inciso VII da Constituição Federal) como nova dimensão do direito à educação. Este reconhecimento exige das pesquisas da área da educação o desafio de traduzir o “padrão de qualidade” em um conjunto de indicadores passíveis de exigência judicial. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005).

### **CAPÍTULO 3 - A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO (2004-2014)**

Nos últimos anos, tem se produzido um número significativo de pesquisa denominado de “estado do conhecimento” ou “estado da arte”. Com caráter bibliográfico, este tipo de pesquisa apresenta o desafio de mapear e de discutir a produção acadêmica realizada em diferentes campos do conhecimento.

O que instiga pesquisadores a realizar este tipo de trabalho é a necessidade de compreender, em determinado momento, o estado do conhecimento sobre um tema. Segundo Ferreira (2002), isso é fundamental no processo da evolução da ciência, pois possibilita de certa forma, que se organize periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, permitindo a indicação de possibilidades de organização de diferentes perspectivas, identificação de duplicações ou contradições, lacunas ou vieses.

A partir desta opção metodológica, pesquisadores se propõem a

[...] conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade. (FERREIRA, 2002, p.259).

A partir disso, neste momento é apresentado um levantamento bibliográfico de pesquisa sobre o Programa Bolsa Família e Educação entre os anos de 2004 a 2014. De forma geral, buscou-se identificar, sistematizar e analisar as pesquisas acadêmicas que tratam sobre o PBF e relacionam o programa com a educação. A opção temporal foi definida de forma abranger todo o período de vigência de PBF, uma década, e assim reunir informações apresentadas em teses, dissertações e artigos científicos, durante este período.

No primeiro momento buscou-se mapear a produção acadêmica. A partir da identificação dos trabalhos, foram selecionados aqueles que condiziam com o objetivo inicial proposto. No segundo momento, o estudo se concentrou na sistematização e análise dos trabalhos selecionados, a partir das seguintes questões que norteadoras: Quais trabalhos acadêmicos tratam sobre PBF relacionando-o a

temas específicos da Educação? Quais as áreas do conhecimento e que níveis de estudo abordam esses objetos de estudo? Qual é a metodologia utilizada para a realização das produções? E finalmente, quais os resultados obtidos?

Para o levantamento bibliográfico foram investigados os seguintes bancos de dados: o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Banco Digital de Teses e Dissertações, o Acervo Digital do MDS e a Biblioteca eletrônica Scielo. A opção por esses bancos de dados se deu a partir da compreensão que os programas de mestrado e de doutorado das Universidades constituem um espaço importante para a produção e divulgação de conhecimento científico. A base Scielo, incluída para a realização do levantamento, agrega revistas e periódicos que pertencem aos programas de pós-graduação e passam por procedimentos de controle de qualidade para que os conteúdos sejam difundidos.

Os descritores definidos para realizar as buscas nas fontes de dados, foram previamente escolhidos a partir da relação existente com o objetivo proposto. Assim, foram empregados os vocábulos “Programa Bolsa Família”, “condicionalidade” e “sistema presença” a fim de privilegiar títulos, palavras-chave e resumos dos trabalhos.

Ressalta-se que os bancos de dados apresentam certa limitação, no que se refere à divulgação adequada da produção acadêmica e pela própria alimentação desses bancos, uma vez que é realizado pelos programas de pós-graduação. De acordo com Ferreira (2002), às vezes, os resumos na tentativa de serem sucintos acabam sendo mal elaborados ou equivocados, não sendo suficientes para a divulgação dos resultados e das possíveis contribuições. Para perceber aspectos importantes como objeto de pesquisa, percurso metodológico realizado, opção teórica do autor e resultados alcançados, torna-se necessário a leitura completa do trabalho.

A partir disto, pretende-se que os resultados deste trabalho contribuam de certa forma, para a definição de prioridades de pesquisa, apontem lacunas ou assuntos pouco explorados e fortaleçam estudos dessa temática pela academia brasileira.

A seguir, são apresentadas as especificidades de cada banco de dados e o percurso realizado para a busca dos trabalhos.

### 3.1 - BANCO E TESES DA CAPES

A primeira fonte de pesquisa utilizada foi o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) <sup>9</sup>. O objetivo desta base de pesquisa é facilitar o acesso a informação sobre teses e dissertações defendidas junto a programa de pós-graduação no Brasil. Para isso, a Capes disponibiliza ferramenta de busca e consulta, por autor, título e palavras-chave.

Ao inserir a palavra chave “programa bolsa família”, no campo de busca avançada, foi apresentada pelo banco de dados 32 trabalhos, desenvolvidos em várias áreas do conhecimento. Observa-se que os maiores números de pesquisas foram desenvolvidos nas áreas da Economia e do Serviço Social seguidas pelas áreas da Ciência Política, do Direito, Extensão Rural / Meio Ambiente e Agrária e da área de Sociais e Humanidades. Entretanto, a partir da leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos apresentados pelo banco de dados, foram sistematizados 11 trabalhos.

Constatou-se na área da Economia, duas dissertações que relacionavam o programa à Educação. A dissertação de Oliveira (2011) analisou o PBF em Boa Vista, (RR) e sua relação com o desempenho dos alunos da rede municipal de ensino que apresentaram baixa aprendizagem durante o ano letivo de 2010. Segundo a autora, um número significativo de alunos reprovados era bolsista do PBF, concluindo assim que o programa assegura o direito à alimentação, promove a segurança alimentar e nutricional, mas, apenas a condicionalidade da frequência escolar não gera mudanças em curto prazo na situação socioeconômica das famílias.

Com a mesma intenção o trabalho de Camargo (2011), avaliou o efeito do aumento da proporção de alunos beneficiados pelo PBF nas escolas do ensino fundamental. Para isso, foram utilizados dados do Censo de 2008, as médias de proficiência da Prova Brasil, a taxa de aprovação e de abandono escolar. O resultado demonstrou que as escolas com maior número de bolsistas tiveram médias de proficiência ruins em 2001 e 2008, evidenciando que as essas escolas precisavam de atenção especial por parte dos gestores públicos.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em Junho e Julho de 2015.

Já na área da Educação, dois estudos relacionaram o PBF com a condicionalidade educação. A dissertação de Nora (2012) analisou a temática da transferência de renda no Brasil e os fundamentos teórico-ideológicos que dão sustentação a incorporação da condicionalidade da educação. O estudo constatou entre outras evidências, que o PBF retomou e reforçou a crença da escola enquanto espaço de igualdade e mecanismo de mobilidade social. O programa ainda incentivava a “ilusão” de que o problema da pobreza pode ser resolvido através da educação.

Ferreira (2012) averiguou os fundamentos e conceitos que conduzem o PBF, como interferem nos movimentos sociais e qual a sua capacidade em gerar empregos e novas oportunidades, enfatizando a educação. Para ele, o maior desafio na área educacional é mostrar a coerência entre os montantes investidos e os resultados obtidos. O autor apresentou um trabalho exploratório, tipo analítico-descritivo, com base documental e concluiu que o PBF e suas condicionalidades são ferramentas importante em favor da eliminação da desigualdade social.

Ainda no mesmo banco de dados, foi utilizado no campo de busca avançada o descritor “bolsa-família”. Dos estudos apresentados foram selecionados 3, sendo 1 da área da economia, 1 da área de Políticas Sociais e Cidadania e 1 da Sociais e Humanidades.

Com o recente aumento das matrículas decorrente do PBF e com o entendimento que este processo deveria estar acompanhado por melhorias na qualidade da educação, Figueiredo (2011) se propôs a examinar se os recursos do PBF e dos gastos públicos em educação destinados aos municípios estão sendo acompanhados por melhorias na qualidade da educação fundamental no Brasil. Qualidade de educação é definida pela autora como a medida das proficiências de matemática e português na Prova Brasil. Os resultados apontaram que os gastos com educação pareciam estar sendo eficientemente aplicados e auxiliando o aumento de capital humano da população. O PBF possibilitou o acesso de crianças em escolas públicas, porém, elas necessariamente não estavam recebendo uma educação de qualidade.

Considerando o caminho percorrido pela educação brasileira, Duarte (2012) buscou, na sua tese, investigar e estabelecer contornos conceituais da relação entre educação formal e pobreza. A autora investigou objetivamente em que medida o fracasso escolar é instalado na relação da educação formal com a população em

situação de pobreza, utilizando dados do Censo Escolar, IDEB, Sistema Presença, IBGE, PIB per capita do município e população. Entre outros aspectos, a autora investigou como as escolas incorporavam a população pobre na organização do trabalho pedagógico e constatando-se avanços consideráveis nos projetos pedagógicos, com projetos temáticos sobre meio ambiente, direitos humanos, raça/etnia e orientação sexual. Porém, a pobreza e as questões de gênero permanecem invisíveis, não sendo abordados no projeto político pedagógico. Para a autora, os professores pareciam mostrar capacidade de engajamento, defendendo melhores condições para a política social e a necessidade de se garantir à educação, a distribuição do sucesso escolar como complemento do acesso e permanência na escola. No estudo, ainda foi possível verificar que o IDEB baixo apresentou taxa de correlação muito forte com o fenômeno social. Foi possível comprovar, a partir da metodologia utilizada, que a relação da política social de educação com a população pobre se manifestava por meio do fracasso escolar.

O estudo de Novak (2012) focou-se apenas em uma escola, se debruçando sobre a relação entre o PBF e seus condicionantes à frequência escolar dos alunos bolsistas. Não foi possível encontrar o trabalho na íntegra para obter maiores informações.

A partir do descritor “bolsa-família e educação” foi selecionada a tese de Costa (2011), elaborada na área de Geografia/Tratamento da educação, que se propôs a evidenciar e analisar a desigualdade educacional entre os estados da Bahia e de Minas Gerais a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e dos indicadores dos Censos escolares de 2007 e 2009. Verificou-se que a aprovação dos alunos do PBF na educação estava impulsionando o fluxo escolar nas cidades pesquisadas e que a redução da taxa de fecundidade tinha favorecido a redução no número de matrículas em todos os níveis da educação. A pesquisa ainda constatou a redução nas taxas de analfabetismo e distorção idade-série, bem como o aumento da escolaridade média da população baiana e mineira com mais de 25 anos de idade. Observou-se também uma dispersão nas notas do IDEB em um mesmo município ou região, demonstrando que não havia uma política pública educacional integrada, significando que localidades que detinham bons índices, tinham empreendido esforços próprios para alcançá-los, e não porque foram subsidiados por uma política educacional unificada em seus estados.



Com a palavra-chave “condicionalidade”, foram localizados 2 trabalhos na mesma base de dados, um produzido na área da educação e o outro em Políticas Sociais e Cidadania. O primeiro se refere à dissertação de Motta (2011) que avaliou as implicações do vínculo entre o campo educacional e o PBF, a partir da percepção de pais, alunos, professores e gestores. Foram selecionadas 4 famílias de estudantes bolsista do programa e duas escolas de ensino fundamental em que os bolsistas eram alunos. A autora identificou que a bolsa não era fator determinante para os alunos se escolarizarem. A tendência dos gestores e dos professores era a de conceberem a bolsa como um recurso usado exclusivamente no apoio as atividades escolares, não compreendendo o objetivo central a que o programa se propõe. A autora ainda afirma que os resultados apontaram para a necessidade de aprimoramento técnico das políticas sociais no atendimento às famílias.

Na busca de trabalhos a partir da palavra-chave “sistema presença”, constatou-se apenas a dissertação de mestrado de Santos Junior (2012), desenvolvida no programa de pós-graduação em Educação. O autor construiu um panorama de concentração dos bolsistas do PBF, indicadores de frequência escolar e os motivos que justificavam a quebra da condicionalidade educação. As reflexões indicaram as condicionalidade do programa e a focalização como instrumentos de controle estatal do território para exercício de poder. A concentração discrepante dos bolsistas apontou para maior focalização de políticas de combate à pobreza em diferentes regiões do Brasil. Ainda, Santos Junior (2012) afirma que os dados do Sistema Presença indicaram para novas categorias de pobreza que o Estado cria a partir do empobrecimento e a quebra do sentimento de pertencimento, para justificar a quebra da condicionalidade educação. Desta forma, o PBF ao vincular o recebimento do valor monetário a frequência escolar, encarrega à escola da “gestão da pobreza”.

Assim, na busca por trabalhos a partir do uso das palavras chaves “ programa bolsa família”, “bolsa família”, “condicionalidade” e “sistema presença”, foram sistematizados 11 trabalhos que condiziam com o objetivo proposto, conforme mostra o quadro 3. Destaca-se que os trabalhos disponibilizados neste banco de dados concentraram seus debates em torno de temas que relacionam o PBF com: impacto na educação e/ou desempenho acadêmico dos alunos (6); condicionalidade educação (frequência e infrequencia) (1); condicionalidade e desempenho acadêmico (1) e; sistema presença (1).

QUADRO 1 - PRODUÇÕES SELECIONADAS POR DESCRITORES NO BANCO DE TESES DA CAPES

<b>DESCRITOR – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA</b>		
TÍTULO / NÍVEL: (M) Mestrado (D) Doutorado (E) Especialização.	AUTOR (A)	ANO
O Programa Bolsa-Família e a condicionalidade Educação: o caso de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Boa Vista/RR. (M)	OLIVEIRA, Maria Aparecida de	2011
Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras. (M)	CAMARGO, Pedro Cavalcanti de	2012
Bolsa Família: Importante determinante para a Educação e crescimento socioeconômico do Brasil.(M)	FERREIRA, Luiz Antonio	2012
Nova Política Velhos Valores: A Condicionalidade a Educação no Programa Bolsa Família. (M)	NORA, Naraiana Inez.	2012
<b>DESCRITOR – BOLSA FAMÍLIA</b>		
Dois ensaios sobre a qualidade da educação e sua relação com o Bolsa-Família e gastos educacionais no Brasil. (M)	FIGUEIREDO, Claudia Maria Gomes de	2011
Política Social: Um Estudo sobre Educação e Pobreza. (D)	DUARTE, Natalia de Souza	2012
Programa Bolsa Família: Impactos da condicionante frequência escolar sobre o rendimento escolar de alunos da rede Municipal de Ensino de Curitiba. (M)	NOVAK, Eliete Maceno	2012
<b>DESCRITOR – BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO</b>		
Os Sistemas de Ensino Baiano e Mineiro: Uma Análise das Desigualdades Regionais utilizando Indicadores Escolares 2007 – 2009. (D)	COSTA, Claudia Cristina Rios Caxias da	2011
<b>DESCRITOR - CONDICIONALIDADES</b>		
Política de Transferência de renda e Educação: Um Estudo Sobre o Programa Bolsa-Família a partir da percepção de Mães e Estudantes Beneficiários e suas repercussões no meio escolar. (M)	MOTTA, Thalita Cunha	2011
Desempenho Educacional de Alunos Beneficiários do Programa Bolsa Família: Um Estudo em duas Escolas Públicas Estaduais em Salvador /Bahia/Brasil. (M)	COUTO, Norma Suely Gama	2012
<b>DESCRITOR – SISTEMA PRESENÇA</b>		
Programas de Transferência de Renda e as Políticas Educacionais: O Sistema Presença e a Gestão da Pobreza na Escola. (M)	SANTOS JUNIOR, Wilson Camerino dos	2012

FONTE: CAPES (2015). AUTORA (2015).

### 3.2 - BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>10</sup> é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT). Em parceria com as instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil, o sistema integra informações e possibilita que sejam publicadas teses e dissertações produzidas no país e no exterior.

Com o localizador “programa Bolsa Família” no campo da pesquisa avançada, foram apresentados 79 trabalhos. Destes, oito citavam no título, temas relacionados à Educação. A partir da leitura dos resumos, foram sistematizados aqueles que não haviam sido encontrados anteriormente no Banco de Teses da Capes. Fato este que ocorreu na utilização de busca com as outras palavras-chave (bolsa- família, bolsa família e educação, condicionalidades, sistema presença) definidas anteriormente.

Assim, na área da Economia, foram selecionadas duas dissertações. A dissertação de Pellegrina (2011) avaliou o impacto do PBF sobre diferentes variáveis do aluno bolsista. As bases de dados são referentes às matrículas, boletins, exames padronizados, variáveis sócio-econômicas e as transferências mensais dos alunos bolsistas do Estado de São Paulo. O autor não encontrou efeitos sobre a variável desempenho, mas, naquelas diretamente ligadas à condicionalidade educação como, frequência e matrícula, diminuição do abandono escolar e a assiduidade às aulas. Porém o autor ressalta que o programa fornece o mesmo formato para beneficiários muito diferentes, impactando de forma negativa grupos de menores oportunidades, ou seja, meninas e alunos com até 10 anos.

Ainda na área da Economia, Cavalcanti (2013), verificou o impacto do PBF na renda e na frequência escolar das famílias bolsistas. Foi utilizado o censo do IBGE de 2010 e os resultados mostraram que o programa influenciou positivamente a renda familiar per capita e a educação. Quando comparada as famílias bolsistas com aquelas não bolsistas percebeu-se que as famílias que recebem a bolsa do programa possuem uma maior renda familiar, mais filhos frequentando a escolas e uma menor renda oriunda do trabalho e menos horas trabalhadas devido ao “efeito-preguiça”. A região nordeste e a zona rural apresentaram um maior impacto

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em Junho e Julho de 2015.

negativo no mercado de trabalho, porém obteve uma maior diminuição na desigualdade de renda e pobreza.

Em Educação, constatou-se a dissertação de Oliveira (2014) que identifica concepções e práticas de famílias bolsistas do PBF sobre o trabalho infanto-juvenil como também, mapeou concepções e práticas das famílias e educadores sobre a infrequência escolar. Apoiada no Materialismo Histórico Dialético a autora averiguou que os fenômenos estudados, possuem determinações estruturais e conjunturais, as quais têm implicações nas subjetividades das organizações familiares. A baixa escolarização dos pais, repetida na geração subsequente é fruto de questões que permeiam a relação escola-pobreza reforçando a sensação de não pertencimento à escola. A fragmentação do trabalho escolar, as precárias condições estruturais e humanas dos trabalhadores da educação, o não reconhecimento do aluno como sujeito de direitos, reforçam a moral que culpabiliza a família pelo desinteresse do aluno, classificando-a como omissa, negligente e desestruturada, contribuindo assim, para a evasão escolar. Oliveira (2014) ainda cita que as condições necessárias para a frequência escolar quase não são acessíveis às famílias como passagens, material escolar e vestuário, além dificuldade na comunicação entre escola e família, ausência de vaga e discriminação pela pobreza.

A partir da palavra-chave “Bolsa Família”, verificou-se na área da educação a dissertação de Lenskij (2006) que aborda o PBF e o direito à permanência na escola e as práticas escolares. A autora utiliza como categoria os conteúdos de direito à educação, a eficácia social e judicialidade, para analisar os dados colhidos em uma escola pública de Porto Alegre. A partir dos dados, a autora traçou as condições que promoviam a infrequência dos alunos e quais as estratégias eram utilizadas pela escola, pela família e pela comunidade e pelas demais instâncias do Poder Público para evitar evasão. Verificou-se que o PBF tinha um poder de abrangência e de intervenção e as práticas docentes e de gestão escolar com menor impacto e eficácia sobre o tema da evasão escolar. Para “resgatar” os alunos, destacam-se ações do setor pedagógico e do Conselho Tutelar completadas pelo Ministério Público. Entretanto, não haviam estratégias específicas para que o aluno se mantenha na escola após o resgate. Os professores apoiavam o controle da frequência como indicador objetivo e indiscutível para avaliar, classificar e aprovar ou reprovar os alunos. Assim, a autora enfatiza que as ações do Estado eram efetivas no cumprimento do dever de garantir a permanência das crianças na escola,

porém, nas práticas escolares fica visível que o direito à educação é privilégio daqueles que não precisam reivindicar esse direito uma vez que por lá já estão inseridos.

Destaca-se ainda em economia, a tese de Figueiredo (2008) que analisou e discutiu as principais manifestações da exclusão no Brasil. As reflexões se deram sobre as políticas públicas sociais e educacionais voltadas para o combate à exclusão de crianças e adolescente, criadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de Luiz Inácio Lula da Silva. O estudo concluiu que os programas sociais e educacionais não contribuíram para reduzir, muito menos para acabar com a exclusão social, pois as possibilidades de “inclusão” dessas políticas eram incompatíveis com as atuais políticas de ajuste neoliberal (Estado mínimo, destituição de direitos sociais e privatizações). Para que as políticas sociais e educacionais contribuam com a redução do número de crianças e adolescentes excluídos do direito à educação seria necessário atacar a raiz do problema que é a desigualdade social, trabalho e renda. Para Figueiredo (2008) sem a efetivação de políticas de âmbito estrutural, as políticas para aquele fim tornam-se apenas uma medida compensatória.

A partir da palavra-chave “bolsa família e educação” foram selecionadas 3 produções, uma elaborada na área da economia e duas na área da educação.

A partir do contexto histórico das políticas econômicas brasileiras dos últimos 50 anos, Casonato (2014) discorre sobre suas diretrizes, funcionamento e população atingida, mostrando suas limitações e perspectivas. O autor, a partir do PBF, averiguou os resultados da condicionalidades no índice de educação dos municípios brasileiros, através do modelo de dados em painel. O autor observou sua eficiência na manutenção escolar dos alunos da rede pública de ensino em todos os níveis, infantil, fundamental e médio, seja no aumento no número de alunos por turma como reduzindo o abandono escolar, assim como acompanhamento da melhoria nos números de aprovação no ensino médio. Dentre vários aspectos, o autor destacou que os resultados obtidos demonstraram que o PBF é efetivo na manutenção escolar dos alunos bolsistas, seja pelo aumento no nível de frequência ou na diminuição da evasão escolar, ou seja, o objetivo da condicionalidade proposta está sendo efetivado. Entretanto, o autor ressalta que a questão central sobre a condicionalidade prende-se apenas com a questão da presença escolar, quando

deveria também oferecer incentivos para a melhoria no rendimento dos alunos bolsistas.

Na área da educação, Vaz (2013) objetivou analisar a função da educação, implicações e centralidades no âmbito do PBF e a condicionalidade, como importante instrumento para a concessão do valor monetário para as famílias pobres e extremamente pobres. Entre vários procedimentos, a autora buscou sobre o tema educação nos documentos oficiais do programa e do Banco Mundial, permitindo constatar que o papel da educação é de gestão e controle da pobreza dentro dos limites aceitáveis pelo capital. Ligada diretamente à política internacional, a educação é chamada para resolver problemas cuja causa não está em si. Segundo a autora, existe um falso discurso de combate à pobreza no PBF e a educação, pois este se encontra em um campo de disputas entre interesses antagônicos de classe.

A relação entre a obrigatoriedade da frequência escolar e o desempenho dos alunos bolsista em Recife é objeto de estudo de Santos (2014) na área da Educação. O estudo teve a intenção de compreender, a partir dos docentes, o impacto que a condicionalidade educação exerce no processo de aprendizagem. Se apropriando de informações relativas ao desempenho escolar como dados do IDEB, Prova Brasil, a autora selecionou três escolas com maior número de bolsista do programa e entrevistou os professores. Destacam-se, dentro outros aspectos, que a contrapartida educacional do PBF reduziu os índices de evasão e o abandono escolar, no entanto, a frequência por si só não é suficiente para garantir o aprendizado dos alunos e não fornece elementos para mensurar a qualidade da educação. Os professores indicaram que há fatores internos e externos ao ambiente escolar que influenciam e impactam no desempenho escolar dos alunos bolsistas.

Ainda na área da educação, a tese de Collares (2014) procurou compreender a dimensão do PBF desde a sua implantação, em 2003. De forma geral, as políticas de combate à pobreza independem dos arranjos institucionais existentes, pois sua implementação ocorre tanto em Estados com forte tradição em políticas de bem-estar-social como de políticas neoliberais. De acordo com as análises em cenário internacional da autora, o PBF tem caráter inovador e é eficiente, em especial às tecnologias desenvolvidas pelo programa.

Entre outros indicadores analisados, a educação apresentou melhorias devido à imposição da condicionalidade, tal como a redução de 11% da taxa de analfabetismo brasileiro e o crescimento de 15% nos anos de estudo. Assim,

observou-se que os indicadores educacionais apresentaram melhor correlação com os resultados apresentados pelo Bolsa Família.

A busca por produções acadêmicas na BDTD a partir das palavras-chaves definidas, resultou na sistematização de nove trabalhos demonstrada a seguir, no quadro 3. Essas produções abordaram temas relacionando o PBF a partir das seguintes categorias: impacto na educação e/ou desempenho acadêmico e condicionalidade educação (3); condicionalidade educação (2); condicionalidade educação e impacto no desenvolvimento econômico (2); direito à educação (exclusão e inclusão) (2).

QUADRO 2 - PRODUÇÕES SELECIONADAS POR DESCRITORES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES.

<b>DESCRITOR – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA</b>		
TÍTULO / NÍVEL: (M) Mestrado (D) Doutorado (E) Especialização.	AUTOR (A)	ANO
Impactos de curto prazo do Programa Bolsa Família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista. (M)	PELLEGRINA, Heitor Sandes	2011
Avaliação dos Impactos do Programa Bolsa Família na Renda, na Educação e no Mercado de Trabalho das Famílias Pobres do Brasil. (M)	CAVALCANTI, Daniella Medeiros	2013
Pobreza, Trabalho Infante-Juvenil e Escolarização: Concepções e Práticas a Partir do Programa Bolsa Família.(M)	OLIVEIRA, Luciana Francisca de	2014
<b>DESCRITOR – BOLSA FAMÍLIA</b>		
Direito à permanência na escola: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares. (M)	LENSKIJ, Tatiana	2006
Inclusão educacional na exclusão: políticas de renda mínima. (D).	FIGUEIRÉDO, Maria do Amparo Caetano de	2008
<b>DESCRITOR – BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO</b>		
Educação, programa bolsa família e alívio à pobreza: o cinismo instituído. (M)	VAZ, Joana D'Arc	2013
Transferência de renda e educação: uma análise da contrapartida educacional do Programa Bolsa Família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife. (M)	SANTOS, Cinthya Cristiane Galvão dos	2014
Combate à pobreza: a educação e o Programa Bolsa Família. (D)	COLLARES, Mirian Elizabet Hahmeyer	2014
O Programa Bolsa Família: contexto, propostas e seus resultados sobre a Educação nos Municípios Brasileiros entre 2010 e 2012. (M)	CASONATO, Lucas	2014

**FONTE: BDTD (2015). AUTORA (2015).**

### 3.3 - ACERVO DIGITAL MDS

Com o objetivo de gerenciar e disseminar a produção institucional, o MDS, disponibiliza o acervo digital composto por livros, periódicos, cadernos de estudos, sumário executivos, boletins, produções acadêmicas, vídeos, dentro outros. O acervo está dividido de acordo com o que é produzido por cada Secretaria. As buscas podem ser feitas a partir dos seguintes grupos: Avaliação e Monitoramento; Assistência Social; Renda de Cidadania, Segurança Alimentar e Nutricional e Superação da Extrema Pobreza.

No grupo Renda e Cidadania encontram-se as teses e dissertações sobre o Programa Bolsa Família defendidas em Universidades nacionais a partir de 2005. É possível buscar informações por data do documento, autores, títulos e assuntos.

Com as palavras chaves “Programa Bolsa Família” e “Bolsa Família” no campo de busca, o acervo apresentou 297 trabalhos. Desses, foram selecionados 20 e sistematizados 9 trabalhos (1 tese, 7 dissertações e 1 monografia de especialização) pois, os demais (11) já haviam sido localizados também no Banco de Teses da Capes e na BDTD e portanto, já descritos anteriormente.

A partir de uma abordagem da psicologia social, Esmanhotto (2009) investiga o significado da educação para as mães dos inscritos no PBF, titulares do cartão benefício. Em entrevista com 16 mulheres, a autora identificou os significados sobre o processo de escolarização da família, o papel e a participação dos pais no processo educativo de seus filhos, escola e a importância de se estudar, o contexto escolar, o que é PBF, o valor recebido pelo benefício versus o atendimento das necessidades básicas, a influência do programa no retorno e/ou permanência escolar, mudança de vida proporcionada pelo programa, à escolha entre receber o valor monetário da Bolsa Família ou a oportunidade de um emprego. Os resultados indicaram que as famílias têm consciência do processo de escolarização na vida de seus filhos e que vêem a educação como fator de crescimento e de desenvolvimento pessoal. Porém, Esmanhotto (2009) ressalta que a participação da família na educação e na comunidade não deve ser somente vista como receptora e sim como “co-gestora” de políticas públicas.

A pesquisa de Oliveira (2009) buscou problematizar os pressupostos definidos pelo PBF. A partir da compreensão que o objetivo deste programa é elevar



os níveis de escolaridade dos beneficiários para interromper o chamado “ciclo da pobreza” entre as gerações, o estudo faz uma reflexão sobre a participação das famílias no programa e discute as possíveis mudanças que ocorreram no âmbito educacional após o ingresso destas no PBF. Observou-se uma diminuição na condição de privação das famílias no atendimento de suas necessidades básicas e das dificuldades para frequentar à escola, porém, ainda há alguns entraves para a consolidação dessa política social.

Com a intenção de verificar uma possível relação entre o PBF e o rendimento escolar Reis (2009) pesquisou uma amostra constituída por 20 alunos do ensino fundamental de uma escola pública separados em dois grupos: o de alunos que recebiam a bolsa e o outro constituído por alunos não bolsistas. Foram entrevistados ainda as famílias e os profissionais da educação. No grupo dos bolsistas, constatou-se uma melhora na média do desempenho escolar, com aumento de nota e de frequência escolar. Contudo, as famílias em geral não expressam questões relacionadas à possibilidade do programa melhorar o rendimento escolar de seus filhos, podendo afirmar que existe uma preocupação para com a manutenção da bolsa, que complementa a renda mensal familiar. A autora afirma nas suas conclusões, a partir da percepção da amostra estudada, que após cinco anos de implantação do PBF, ocorreu uma possível melhora na condição de vida dos bolsistas do programa.

Sob a ótica dos docentes, gestores das escolas e dos programas, Moura (2010) analisa o PBF e o programa Bolsa Escola em Recife. Para isso, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e análises de documentações pertinentes ao tema. Entre as conclusões, a autora destaca que grande parte do grupo entrevistado entende os programas como assistencialistas, ou seja, que os mesmos pouco contribuem para o aumento da autonomia das famílias em relação ao Estado. No interior da escola, percebeu-se a diminuição da evasão e maior participação dos pais ou responsáveis dos alunos bolsistas na vida escolar, contudo, constatou-se que não houve melhorias na aprendizagem desses alunos, sendo afirmada pelos professores que o desempenho escolar deveria ser uma condição para as famílias permanecerem nos programas.

A dissertação de Freitas (2010) discute os PTR e suas condicionalidades, com ênfase na exigência da contrapartida educacional do PBF. Verificou-se que em ambas as escolas municipais analisadas os alunos bolsistas do programa

apresentaram maior rendimento escolar em relação aos alunos não beneficiários, podendo afirmar que o PBF por meio da condicionalidade educação, é importante avanço nas políticas sociais de combate à evasão escolar. Entretanto, quando analisado o fluxo de entrada e saída das famílias do programa, o autor conclui que as políticas sociais também devem propiciar “portas de saída” do programa, necessitando assim de maior atenção por parte dos gestores do PBF.

Considerando que o PBF é uma política que pressupõe que o acesso e a permanência na escola possibilitam a inclusão social, Santos (2010) analisou o programa com a intenção de identificar os efeitos educacionais pretendidos, por meio de índices de faltas e o rendimento escolar dos alunos de uma escola estadual de São Paulo, localizada em uma região com menor IDH do estado. Aliado a isso, foram realizadas entrevistas com mães de alunos bolsistas com rendimento alto e rendimento baixo. Nas falas das mesmas, foi possível constatar que o programa é importante para o orçamento familiar, porém não é suficiente para romper o ciclo da pobreza a qual estão inseridas. Diante dos dados, a autora conclui que o PBF incentiva a permanência na escola, contudo ele não representa garantia de sucesso escolar para as crianças e jovens atendidos.

Felicetti (2010) se propôs a investigar a efetividade do PBF enquanto política de inclusão sócio-educacional. Para isso, objetivou verificar se o programa incide positivamente sobre o desempenho escolar das crianças e jovens bolsistas, como também, investigar as percepções que as famílias e os professores têm sobre o PBF. Entre os resultados, destaca-se que a maioria dos responsáveis pelo recebimento da bolsa são mulheres e avaliam que o PBF é positivo, auxiliando no desempenho e na frequência escolar. Os professores admitem a importância, mas, com restrições.

A dissertação de Penna (2010) apresenta os fatores que causam a infrequência e a evasão escolar dos alunos adolescentes bolsista do PBF em Belo Horizonte. A partir de entrevistas semiestruturadas e individuais com nove adolescentes, constatou-se que a escola e o saber estão relacionados à necessidade de se obter uma profissão e melhor inserção no mercado de trabalho. Na relação escola e saber, evidencia-se sentimentos negativos e pouca alusão dos conteúdos relacionados a uma profissão resultando na infrequência escolar.

No Acervo Digital do MDS foi encontrada apenas uma monografia de especialização tratando sobre PBF e educação. Souza (2013) analisa o papel e o

processo de execução do acompanhamento da condicionalidade educação observando a capacidade administrativa das coordenações locais frente às dificuldades encontradas para a eficácia do acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários especialmente nas dimensões de institucionalização. Assim, a autora apresenta o argumento que o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários como ferramenta de gestão é estruturalmente adequado e qualificado, mas que sua efetividade enquanto aplicação é prejudicada devido, em boa medida, à baixa capacidade administrativa das coordenações locais para a execução da ação enquanto política pública descentralizada. É questionado ainda se a capacidade administrativa dos atores locais influi diretamente na eficácia dos resultados da condicionalidade em educação do PBF? Desta forma, evidencia-se que o principal fator para se universalizar o acompanhamento da condicionalidade educação reside em uma maior aproximação entre as áreas do programa. A interação ou o envolvimento intersetorial ainda deixa a desejar e muitas vezes são confundidos como meros processos operacionais. A reflexão que se faz é a de que o Sistema Presença não consegue estabelecer uma rede entre os diferentes atores que o compõem. O grande foco que é dado ao trabalho de alimentar o sistema e corrigir eventuais erros nos dados acaba por ofuscar a importância da atuação conjunta de escolas, secretarias de Educação e Assistência Social e outros atores.

O quadro 4 apresenta a sistematização das produções selecionadas e analisadas a partir do Acervo Digital MDS. Após as análises, constatou-se que dos nove trabalhos selecionados, 3 relacionando o PBF com o impacto na educação e/ou no desempenho acadêmico; 1 sobre impacto da educação e/ou no desempenho acadêmico e impacto do desenvolvimento econômico; 1 sobre educação e/ou no desempenho acadêmico e condicionalidade educação; 2 sobre condicionalidade educação e 1 sobre educação e/ou no desempenho acadêmico e direito à educação.

QUADRO 3- PRODUÇÕES SELECIONADAS POR DESCRITORES NO ACERVO DIGITAL DO MDS.

DESCRITOR – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		
TÍTULO / NÍVEL: (M) Mestrado (D) Doutorado (E) Especialização.	AUTOR (A)	ANO
O significado da educação para as mães do Programa Bolsa Família na grande Curitiba: uma abordagem da psicologia social comunitária. (M)	ESMANHOTTO, Marialda	2009
O Programa Bolsa Família na cidade de Manaus: análise das dimensões da inclusão social e escolar. (D)	OLIVEIRA, Sônia Selene Baçal de	2009
Bolsa Família: uma análise dos resultados sob a óptica educacional. (M)	REIS, Alessandra Crystian Engles dos	2009
Programas Bolsa Família e Bolsa Escola no Recife: uma análise a partir da avaliação dos docentes e gestores. (M)	MOURA, Rita de Cássia Barreto de	2010
Programa Bolsa Família e contrapartida educacional: análise da frequência, evasão e progressão escolar dos alunos da educação básica no município de Restinga (SP). (M)	FREITAS, Marcos Luis de	2010
Uma análise do aspecto educacional do Programa Bolsa Família na União da Vila Nova/Vila Nair, bairro do município de São Paulo. (M)	SANTOS, Danielle de Souza	2010
Bolsa Família e desempenho escolar: avaliação de uma política pública no município de Videira (SC). (M)	FELICETTI, Adriana Aparecida	2010
Adolescentes do Programa Bolsa Família e condicionalidade da educação: uma aproximação aos fatores que concorrem para a infrequência escolar. (M)	PENNA, Camélia Vaz	2010
O Programa Bolsa Família e a coordenação local do município de Planaltina – GO. (E)	SOUSA, Flavio Bezerra de	2013

FONTE: MDS (2015). AUTORA (2015).

### 3.4 - SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO)

O quarto levantamento e sistematização da produção científica sobre PBF e Educação, foi realizado na Scientific Electronic Library Online (SCIELO)<sup>11</sup>. Esta é uma biblioteca eletrônica que agrega uma coleção de periódicos científicos brasileiro. Segundo informações do site, a biblioteca faz parte do projeto desenvolvido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O banco de dados apresenta uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.scielo.br/?lng=pt>. Acesso em Junho e Julho de 2015.

Utilizando os descritores “programa Bolsa Família” “condicionalidade” e “sistema presença” a base Scielo apresentou 33 trabalhos desenvolvidos em várias áreas do conhecimento sobre o PBF. Como realizado nas buscas anteriores, a partir do título e da leitura dos trabalhos, foram selecionados sete artigos, publicados em diferentes periódicos que relacionam o PBF com temas da educação.

A Revista de Economia Contemporânea contemplou dois artigos publicados. O primeiro foi em 2010 e analisou o impacto do PBF sobre a incidência de trabalho infantil e a frequência escolar dos alunos bolsistas, no período de 2004, através Censo geral e regional. O resultado demonstrou que o programa era eficiente, pois, aumentava a frequência escolar, todavia, constataram-se efeitos perversos sobre a incidência de trabalho infantil, elevando a probabilidade de sua ocorrência. As crianças de famílias pobres de áreas rurais apresentaram piores condições em relação às crianças da área urbana, demandando ações específicas para aquele grupo.

O segundo artigo na mesma revista verificou o impacto do PBF para as famílias do nordeste sobre as seguintes questões: o alívio imediato da pobreza/desigualdade de renda e a frequência escolar. Para isso, foram utilizados os dados do PNAD nos anos de 2004 a 2006 aplicando-se metodologias específicas da área da economia. Os autores apontaram um efeito positivo na renda das famílias bolsistas e na frequência escolar. Os dados afirmavam que a condicionalidade educação, podia influenciar na renda, uma vez que esta criava incentivos ao aumento do capital humano, sendo dessa forma, mais importante do que a transferência da renda monetária.

A rotina da vida acadêmica de crianças, bolsista do PBF, de uma comunidade ribeirinha do Amazonas, foi descrita e publicada na “Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa”. Para o estudo, participaram 16 meninas e 14 meninos, demonstrando a rotina dessas crianças. Ir a escola ocupava 16% de um dia da semana, as tarefas de casa atingia 3% e que não havia leituras fora do ambiente escolar. Não havia participação das famílias na rotina escolar dos filhos/as, concluindo assim, a necessidade de ações de envolvimento e capacitação das famílias ribeirinhas quanto à participação na rotina acadêmica na vida das crianças.

Na “Revista de Economia Aplicada, constatou-se o artigo que analisava o efeito do PBF sobre o desempenho médio das escolas brasileiras, elaborado por

Pellegrina (2012) que apresenta parte das conclusões da sua dissertação de Mestrado, já descrita anteriormente.

A “Revista de Economia e Sociologia Rural” apresentou no seu repertório o trabalho que avaliou o impacto de PBF sobre a frequência escolar das crianças que participavam da agricultura familiar dos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba. Foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD, 2005), e pesquisa de campo. De forma geral, os resultados indicaram que os dados analisados por gênero demonstraram que programa elevava a frequência escolar das meninas. Para os meninos, o programa parecia não ter efeito sobre a frequência escolar, fato este que poderia, segundo os autores, estar associado a diferenças de gênero nos custos de oportunidades do investimento em capital humano no meio rural.

A Revista De Ciências Sociais “Dados” publicou o trabalho que objetivou verificar e as condicionalidade educação do PBF estavam sendo efetivadas, utilizando dados da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF) de 2005 e 2009 do MDS. Os modelos analíticos foram construídos foram analisados os efeitos de variáveis referentes ao domicílio, a mãe a e crianças e a variável que indica se a criança residia em domicílio que recebia a bolsa do programa. A partir de várias hipóteses, as análises permitiram verificar que, o percentual de chance de evasão escolar ocorre de forma diferenciada, a partir da renda domiciliar per capita. Ou seja, quanto maior o valor da renda, menor e a chance de evasão escolar. As crianças que possuem mães que fazem uma jornada de trabalho acima de 40 horas mensais também apresentaram impacto negativo na evasão escolar. A presença da mãe no ambiente familiar está associada à menor chance de evasão escolar. Desta forma, destaca-se a importância um efetivo aumento do capital humano para que o ciclo da pobreza intergeracional se efetive.

O estudo sobre impacto da pobreza no IDEB das escolas públicas foi publicado na “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos” e teve como objetivo contribuir com a perspectiva crítica do fracasso escolar. Através de uma aproximação estatística e de multinível visualizou-se que a relação da política social de educação com a população em situação de pobreza se manifesta de forma considerável, por meio do fracasso escolar. No IDEB, a questão da pobreza impacta de forma negativa, evidenciando que a grande quantidade de crianças e adolescentes pobres nas escolas públicas do Brasil não eram consideradas pelas

instituições as quais frequentavam e nem pelas políticas educacionais. Essa “invisibilidade” da pobreza provoca a reprodutividade nos sistema educacional público, impactando negativamente o IDEB da escola. Este artigo também é fruto de parte dos dados da tese de Duarte (2012) já descrita.

Quadro 4 – Artigos selecionados no Scielo sobre PBF e educação

TÍTULO	AUTOR (ES)	FONTES / LOCAL	ANO
Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar.	CACCIAMALI, et al	Revista de Economia Contemporânea Universidade Federal do Rio de Janeiro	2010
Atividades acadêmicas na rotina de crianças ribeirinhas participantes do Programa Bolsa Família.	FREIRE; SILVA et al.	Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa Universidade de Brasília	2013
Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras.	CAMARGO, PAZELLO.	Revista de Economia Aplicada Universidade de São Paulo	2014
Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil	MELO; DUARTE.	Revista de Economia e Sociologia Rural Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural	2010
Programa Bolsa Família e o nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006.	CAVALCANTI et al	Revista de Economia Contemporânea Universidade Federal do Rio de Janeiro	2013
Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009)	AMARAL et al.	DADOS, Revista de Ciências Sociais Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2013
O impacto da pobreza no IDEB: um estudo multinível.	DUARTE	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	2013

Fonte: Scielo (2015). Autora (2015)

Percebe-se que grande parte dos artigos publicados pertence a instituições situadas na região sudeste. No ano de 2010 houve duas publicações e a maior concentração de artigos concentra-se no ano de 2013 com um total de 4 artigos dos sete selecionados.

Observa-se então um grau de dispersão na produção sobre PBF e educação nas revistas em que foram selecionados os artigos. Registraram-se apenas duas

publicações em uma mesma fonte (Revista de Economia Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Isto pode indicar a falta de consolidação da temática como campo de discussão e reflexão de uma determinada instituição e de um veículo de divulgação.

### 3.5 - SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PBF E EDUCAÇÃO

Ao realizar o levantamento dos trabalhos, a partir das palavras-chave definidas, tomou-se o cuidado de consultar várias vezes os bancos para confirmar os dados apresentados e de revisar cuidadosamente a sistematização dos trabalhos selecionados. Após as buscas, foram descartados os trabalhos que não se enquadravam no objeto da pesquisa, pois, relacionavam o PBF a outros temas. Por vezes, a partir do uso das diferentes palavras-chaves definidas, eram apresentados os mesmos trabalhos.

Ao analisar o levantamento bibliográfico sobre o tema constatou-se que as produções selecionadas são dispersas nos três primeiros anos do período selecionado, entretanto, observa-se uma gradativa concentração nos anos de 2010 a 2013 com 26 produções do total. Verifica-se ainda que grande parte das produções (22) foi desenvolvida em nível de mestrado e apenas uma produção em nível de especialização. Conforme apresentado na tabela 3, observa-se ainda, que dos 7 artigos selecionados, 4 foram produzidos em 2013, podendo-se inferir uma tendência de crescimento dos estudos sobre este tema, nos últimos anos.

Tabela 3- Quantidade de produções científicas por ano

<b>Ano</b>	<b>Monografia</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>	<b>Artigos</b>	<b>TOTAL</b>
2006	-	1	-	-	1
2008	-	-	1	-	1
2009	-	2	1	-	3
2010	-	5	-	2	7
2011	-	4	1	-	5
2012	-	6	1	-	7
2013	1	2	-	4	7
2014	-	2	1	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>35</b>

Fonte: Banco de Teses Capes, BDTD, Acervo Digital MDS e Scielo. Autora (2015).



A concentração de produções nesse período pode indicar um aumento no interesse sobre o tema, devido ao próprio tempo de vigência do PBF, podendo assim ser possível analisar aspectos agregados ao longo do período histórico do programa.

O tema PBF e Educação é objeto de estudo desenvolvido com maior ênfase nas Universidades da região Sudeste (11), o que pode estar relacionado ao maior número de programas de pós-graduação nessas regiões, seguida da região Sul (7) e Nordeste (4). Constataram-se apenas duas publicações realizadas na região Centro-Oeste e uma na região Norte.

Conforme o MDS, a região nordeste concentra a maior quantidade de bolsistas e o maior número de municípios, 1.794 para acompanhamento da frequência escolar. Destaca-se ainda, a região Sudeste, com 1.668 municípios e a região Sul com 1.191. Assim a grande parte dos estudos foi realizada por instituições localizadas na região Sudeste tendo como foco de estudo, objetos presentes nesta região, podendo-se afirmar que isto se deve pelo número considerável de bolsistas do PBF nos municípios, pelo fato desta região ser mais urbanizada e possuir cerca de 24,7% do total de instituições de ensino superior do país<sup>12</sup>.

Já a região Norte, apresenta o menor número (450) de municípios com bolsistas. As especificidades desta região dificultam o acompanhamento da frequência escolar e, conseqüentemente, impedem a consolidação de um banco de dados para estudos efetivos.

Por outro lado, percebe-se que a realização desigual na produção do conhecimento sobre a temática é mais um indicativo da irregular distribuição dos incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento da pós-graduação no país, constatado também por outros estudos bibliográficos. (ASSIS et al, 2012).

Observa-se ainda, que 18 das 25 produções selecionadas foram realizadas em instituições de ensino públicas e o restante em instituições privadas. É possível ter uma relação com o número superior de Universidades federais e estaduais em relação às universidades privadas brasileiras, conforme divulgado pelo Censo da Educação Superior do INEP.

Tabela 4- Quantidade de produções por Região e Instituição de Ensino.

<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>	Monografia, Dissertações e Teses e Artigos.
<b>REGIÃO NORTE</b>	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	
Universidade Católica de Salvador	1
Universidade Federal da Paraíba	1
Universidade Federal de Pernambuco	2
<b>Subtotal</b>	<b>4</b>
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	
Centro Universitário Moura Lacerda	1
Centro Universitário UMA - Belo Horizonte	1

<sup>12</sup> Conforme dados divulgados pelo Governo de São Paulo. Disponível em: <http://www.investe.sp.gov.br/por-que-sao-paulo/>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1
Universidade Católica de São Paulo	1
Universidade de Juiz de Fora	1
Universidade de São Paulo	3
Universidade Estadual de Campinas	2
Universidade Estadual Paulista	2
Universidade Federal do Espírito Santo	1
Universidade Metodista de São Paulo	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3
Sociedade Brasileira de Economia Administração E Sociologia Rural	1
<b>Subtotal</b>	<b>18</b>
<b>REGIÃO SUL</b>	
Centro Universitário Franciscano do Paraná	1
Universidade do Oeste de Santa Catarina	2
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1
Universidade Federal do Paraná	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3
<b>Subtotal</b>	<b>8</b>
<b>CENTRO OESTE</b>	
Escola Nacional de Administração Pública	1
Universidade de Brasília	3
<b>Subtotal</b>	<b>4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>

Fonte: Banco de Teses Capes, BDTD, Acervo Digital MDS e Scielo.  
 Autora (2015).

No âmbito da relação entre quantidade de produções sistematizadas por área de conhecimento, encontrou-se uma concentração na área da Educação com um total de 18 trabalhos. Outras áreas com maior incidência foram Economia, com 10 produções e Políticas Sociais e Públicas com 4.

No campo educacional, a educação passou a integrar o conjunto dos programas de transferência de renda do país por compreender que esta é um fator determinante no processo de desenvolvimento humano, capaz de promover a cidadania e o desenvolvimento social. Dentro desta perspectiva, a educação é percebida como elemento fundamental à concretização da cidadania, é vista como um espaço primordial de construção de conhecimento e de formação humana. (MEC, 2014).

Já no âmbito da Economia, o programa cumpre um importante papel para o desenvolvimento econômico, uma vez consegue movimentar a economia de muitos municípios e estimular a inclusão produtiva dos bolsistas, gerando assim, de certa forma, efeitos interessantes para desenvolvimento econômico do país.

Tabela 5 - Quantidade de produções por área do conhecimento

Área do Conhecimento	Monografia	Dissertação	Teses	Artigos	TOTAL
Educação	-	14	3	1	18
Economia	-	6	-	4	10
Políticas Sociais/ Públicas	1	2	1	-	4
Tratamento da Informação/ Geografia	-	-	1	-	1
Ciências Sociais	-	-	-	1	1
Psicologia	-	-	-	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>35</b>

Fonte: Banco de Teses Capes, BDTD, Acervo Digital MDS e Scielo.  
Autora (2015).

### 3.6 - A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PBF E EDUCAÇÃO - RESULTADOS

O levantamento da produção acadêmica brasileira sobre Programa Bolsa Família e Educação no período compreendido entre 2004 a 2014, permitiu constatar, a partir de 35 trabalhos sistematizados, que esse foi tema de pesquisa nas diversas universidades do nosso país, principalmente nas instituições públicas. Essas produções foram produzidas com maior número em nível de mestrado nas áreas da Educação e Economia entre os anos de 2010 a 2012.

Após analisar as produções sistematizadas, é possível apresentar algumas considerações sobre o balanço da produção bibliográfica. Percebe-se que os debates sobre PBF e Educação concentram-se, nas seguintes categorias construídas ao longo da sistematização dos trabalhos selecionados:

- Impacto na Educação/ Desempenho acadêmico (9),
- Impacto na Educação/ Desempenho acadêmico e condicionalidade educação (frequência e infrequencia) (5);
- Impacto na Educação/Desempenho acadêmico e desenvolvimento econômico renda (1)
- Condicionalidade educação (frequencia e infrequencia) (9);
- Condicionalidade educação (frequencia e infrequencia) e Impacto desenvolvimento econômico (renda) (2);

- Sistema presença (1);
- Direito à educação (inclusão / exclusão) (2).

Para isso, grande parte dos trabalhos utiliza metodologias quantitativas que envolvem dados referentes à vida acadêmica dos bolsistas. São utilizadas pesquisas de campo como entrevistas semi estruturadas com mães dos bolsistas, professores e gestores das escolas as quais esses alunos frequentam. Dados do IDEB, frequência, matrículas, rendimento escolar por meio de boletins, exames padronizados, variáveis sócio-econômicas, taxa de fecundidade, Censo escolar, documentos específicos e legislações. Em economia, são utilizadas metodologias específicas da área.

Nos textos, há um consenso de que o PBF tem contribuído para uma redução dos índices de pobreza, com certo aumento da mobilidade social na última década. Percebe-se também aumento da frequência escolar, diminuição da evasão escolar e distorção idade-série. Entretanto, há predominância na ideia de que o programa é insuficiente para atingir o objetivo de amenizar ou quebrar com a transmissão da pobreza intergeracional a partir do impacto positivo na educação dos alunos bolsistas.

Sobre a condicionalidade educação, defende-se que esta assegura a frequência escolar, ou seja, permite o acesso e permanência da criança na escola, mas, não assegura o rendimento escolar.

Uma vez que no PBF o impacto de frequência dos alunos bolsistas é positivo, seria necessária a combinação desse efeito com políticas públicas que incluísse o aluno no processo de escolarização e possibilitasse o acompanhamento institucional do seu desempenho escolar de forma a garantir-lhe a promoção de aprendizagem e a conclusão satisfatória dos ciclos de estudo.

Desta forma, é fundamental que seja discutido e reavaliado o papel e a função da Educação no âmbito da PBF, como estratégia que, para além da garantia do acesso e permanência na escola, promova a aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza, por meio de uma formação voltada para o efetivo exercício da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com mais de uma década de implantação do PBF os debates acadêmicos reconhecem os avanços e a consolidação das estratégias utilizadas no âmbito do programa como, por exemplo, a condicionalidade educação que possibilita o acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes atendidos por essa política social. O principal desafio do PBF é o enfrentamento e a superação da pobreza por meio da transferência de renda condicionada e a garantia do direito à saúde, educação e a assistência social.

Este trabalho apresentou um levantamento bibliográfico da produção científica brasileira sobre Programa Bolsa Família e educação, no período entre 2004 e 2014, com a intenção de apontar lacunas ou áreas e temas poucos explorados. Após a seleção, análise e sistematização de artigos, monografia, dissertações e teses encontradas nos bancos de dados definidos, constatou-se que a educação é a área com maior interesse sobre o tema e os debates se concentram, especificamente, sobre a condicionalidade educação e o impacto que esta gerou com a inserção e permanência do segmento pobre da população na escola. Há consenso nas percepções de gestores, professores, mães de estudante que o PBF vem contribuindo principalmente no que diz respeito ao acesso à escola e a frequência escolar. Percebeu-se que a condicionalidade educação ocupa nos debates acadêmicos posições opostas, de um lado, considera-se que a educação é um direito e, portanto não deve ser submetida a qualquer condicionalidade. Do outro lado, defende-se que a condicionalidade assegura apenas a frequência escolar, mas, não assegura, na mesma proporção o rendimento escolar dos alunos, emergindo assim o desafio da efetivação do princípio constitucional do padrão de qualidade de ensino para todos.

Entretanto, a partir do momento em que os sujeitos em situação de extrema pobreza e pobreza passam a frequentar a escola, é preciso que a pobreza e a desigualdade social sejam reconhecidas, pois os efeitos deste fenômeno social se manifestam de várias formas. Ampliação do acesso precisa que seja acompanhada de esforços pela melhoria da qualidade da educação, em termos humanos e materiais.

Percebeu-se que a literatura pouco trata de que forma as políticas educacionais, a formação do professor, o currículo, as práticas pedagógicas e os Projetos políticos pedagógicos passaram a reconhecer e incluir os alunos bolsistas do PBF como sujeitos de direitos pertencentes ao processo de aprendizagem considerando o problema e as questões relativas à pobreza e a educação.

Parece viável sensibilizar os envolvidos com políticas sociais e com os profissionais da educação básicas para que estabeleçam relações com a educação com o objetivo de romper com as práticas escolares que reforçam a condição de pobreza e reproduzem as desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

AFONSO D. S., J. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2009.

ALVES, J. E. D, CAVENAGHI, S. **O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil**. IN: CAMPELLO, T. NERI, M. C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

AMARAL, E. F. de L; MONTERO, V. do P. **Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009)**. Dados vol.56 nº 3 Rio de Janeiro July/Sept. 2013.

ASSIS, S.; FERREIRA, K; YANNOULAS, S. **Educação e pobreza: limiares de um campo em (re) definição**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 329-351, maio/ago.

BICHIR, R.M. **O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda**. Novos Estudos 87. Julho 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso: Julho 2015.

BRASIL. Decreto n. 5.209, de dezessete de setembro de 2004. **Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2004b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm)>. Acesso em: Junho/Julho 2015.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2004a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm)>. Acesso em: Junho/Julho de 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm)>. Acesso em: Setembro de 2015.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA N. F. **Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar**. Rev. econ. contemp. vol.14 nº 2 Rio de Janeiro May/Aug. 2010.

CAMARGO, P. C. de. **Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras.** Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

CAMARGO, P. C.; PAZELLO E. P. **Uma Análise do Efeito do Programa Bolsa Família Sobre o Desempenho Médio das Escolas Brasileiras.** Econ. Apl. vol.18 no.4 Ribeirão Preto Oct./Dec. 2014.

CAMPELLO, T. C. NERI, M. C. (org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania Brasília:** IPEA, 2013.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CASONATO, L. **O Programa Bolsa Família: contexto, propostas e seus resultados sobre a educação nos municípios brasileiros entre 2010 e 2012.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras.

CAVALCANTI, D. M. **Avaliação dos impactos do programa bolsa família na renda, na educação e no mercado de trabalho das famílias pobres do Brasil.** Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CAVALCANTI, D. M; COSTA, E. M. SILVA, J. L. M. **Programa Bolsa Família e o nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006.** Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, jan-abr/2013.

COHN, A. **O PBF e seu potencial como política de Estado.** In: CASTRO, J. A. MODESTO, L. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília: Ipea, 2010.

COIMBRA, C. M. B. **As funções da instituição escolar: análise e reflexões.** Trabalho apresentado na Seção de Abertura da Jornada de Psicologia Escolar, realizada pela Associação dos Psicólogos do Norte Fluminense em Campos, em outubro de 1986.

COLLARES, M. E. H. **Combate à pobreza : a educação e o Programa Bolsa Família.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, São Paulo, 2014.

COSTA, C. C. R. C. **Os sistemas de ensino Baiano e Mineiro: uma análise das desigualdades regionais utilizando indicadores escolares 2007-2009.** Tese (Doutorado) – Pontifícia. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial. Universidade Católica de Minas Gerais, MG, 2011.

COUTO, N. S. G. **Desempenho educacional de alunos beneficiários do programa bolsa família: um estudo em duas escolas públicas estaduais de Salvador/Bahia/Brasil.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós- Graduação. Salvador, 2012.



CRAVEIRO, C. B. A, XIMENES, D. de A. **Dez anos do Programa Bolsa Família: Desafios e Perspectivas para a universalização da Educação Básica no Brasil.** In: CAMPELLO, T. NERI, M. C. Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania. Brasília : IPEA, 2013.

CURY, C. R. J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.

DUARTE, C. S. **A Educação como um direito fundamental de natureza social.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007.

DUARTE, N. de S. **O impacto da pobreza sobre Ideb: estudo multinível.** Rev. Bras. Estudos Pedagógicos. vol. 94 número 237 Brasília May / Aug. 2013.

DUARTE, N. de S. **Política social: um estudo sobre educação e pobreza.** Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ESMANHOTO, M. **O significado da educação para as mães do programa bolsa família na grande Curitiba: uma abordagem da psicologia social comunitária.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

FARENZENA, N. A **Emenda da obrigatoriedade: Mudanças e permanências.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 4, n. 7, p. 197-209, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso: Junho 2015.

FELICETTI, A. A. **Bolsa Família e desempenho escolar: avaliação de uma política pública no município de Videira (SC).** Dissertação (Mestrado), Programa de Mestrado em Educação. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2010.

FERRAZ, M. **Estado, política e Sociabilidade.** IN: SOUZA, A.; GOUVEIA, A.; TAVARES, T. (org.). Políticas Educacionais: conceitos e debates. Curitiba: Editora Appris, 2011.

FERREIRA, L. A. **Bolsa Família: um importante determinante para a educação e crescimento socioeconômico do Brasil.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernado do Campo, SP, 2012.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “Estado da arte”.** Educação & Sociedade, ano XXIII, nº79, Agosto, 2009.  
FIGUEIREDO, C. M. G. de, **Dois ensaios sobre a qualidade da educação e sua relação com o Bolsa Família e gastos educacionais no Brasil.** Dissertação (mestrado em Economia Aplicada). Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

FIGUEIRÊDO, M.do A.C. de. **Inclusão educacional na exclusão: políticas de renda mínima.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade da Paraíba, João Pessoa, 2008.

FREIRE, V. R. B. P; SILVA S.S. da C, et al. **Atividades Acadêmicas na Rotina de Crianças Ribeirinhas Participantes do Programa Bolsa Família.** Psicologia: Teoria e Pesquisa Abr-Jun 2013.

FREITAS, M. L. **Programa Bolsa Família e contrapartida educacional: análise da frequência, evasão e progressão escolar dos alunos da educação básica no município de Restinga (SP).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, SP: CUMML, 2010.

JACOBI, P. R. **Estado e Educação: o desafio de ampliar a cidadania.** Educar, Curitiba, n. 31, p. 113–127, 2008. Editora UFPR.

JANNUZZI, P. M. PINTO, A. R. **Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do bolsa família II.**In: CAMPELLO, T. NERI, M. C. Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania. Brasília : IPEA, 2013.

LENSKIJ, T. **Direito à permanência na escola: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MEC. **Acompanhamento da Condicionalidade Educação do Programa Bolsa Família: Avanços, desafios e perspectivas.** 2014 (no prelo).

MELO, R. da M. S; DUARTE, G. B. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil.** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.48 nº.3 Brasília Jul./Sept. 2010.

MOTTA, T. C. **Política de Transferência de renda e Educação: Um Estudo Sobre o Programa Bolsa-Família a partir da percepção de Mães e Estudantes Bolsistas e suas repercussões no meio escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade federal de Pernambuco. Recife, 2011.

MOURA, R. de C. B. de. **Programas Bolsa Família e Bolsa Escola no Recife: uma análise a partir da avaliação dos docentes gestores.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

NORA, N. I. **Nova política velhos valores: a condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família.** Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, Cascavel, PR, 2012.

OLIVEIRA, L. F. de. **Pobreza, trabalho infantojuvenil e escolarização: concepções e práticas a partir do programa bolsa família.** Dissertação

(Mestrado). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, M. A. de. **o programa bolsa família e a condicionalidade educação : o caso de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Boa Vista (RR)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, R. P. ARAÚJO, G. C. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Rev. Bras. Educ. nº 28 Rio de Janeiro jan./abr. 2005.

OLIVEIRA, R. P. de, ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB**. 3ª Ed. Xamã, 2007.

OLIVEIRA, S. S. B. de **O programa Bolsa Família na cidade de Manaus: análise das dimensões da inclusão social e escolar**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação UNICAMP, SP. 2009.

PELEGRINA, H. S. **Impactos de curto prazo do Programa Bolsa Família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista**. 2011. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PENNA, C. V. **Adolescentes do Programa Bolsa Família e condicionalidade da Educação: uma aproximação aos fatores que concorrem para a infrequência escolar**. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local - Centro Universitário UMA. Belo Horizonte, 2010.

PINTO J. M. R, ALVES, T. **Ampliação da obrigatoriedade na educação básica. Como garantir o direito sem comprometer a qualidade?** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 4, n. 7, p. 211-229, jul./dez. 2010.

PINZANI, A. REGO, W. D. L. **Vozes do Bolsa Família – 2ª edição revista e ampliada**, São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PIOVESAN, L. MASSUQUETTI, A. **Programa Bolsa Família: Uma Análise da Frequência e do Desempenho Escolar em São Leopoldo (RS) – 2006-2010** Apresentação de Trabalho. 6º Encontro de Economia Gaúcha. (2012).

PIRES, A. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

POCHMANN, M. **Apresentação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. In: CASTRO, J. A. MODESTO, L. Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.

REIS, A. C. E. **Bolsa Família: Uma análise dos resultados sob a óptica educacional.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

ROBERTS, B. **A Dimensão Social da Cidadania.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 33, 1997.

SANTOS JUNIOR, W. C. dos, Programas de transferência de renda e as políticas educacionais: o sistema presença e a gestão da pobreza na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2012.

SANTOS, D. de S. **Uma análise do aspecto educacional do Programa Bolsa Família na União da Vila Nova/Vila Nair, bairro do município de São Paulo.** Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, PUC, SP, 2010.

SANTOS, S. D. F. dos, OLIVEIRA, S. S. B. de. **Transferência de renda, Pobreza e Educação: Estudo comparado entre o programa oportunidades (México) e o Programa Bolsa Família (Brasil).** Disponível em: [www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impasseosedesafiosdaspoliticadedeeducacao/pdf/transferenciaderenda-pobrezaeeducacao-.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impasseosedesafiosdaspoliticadedeeducacao/pdf/transferenciaderenda-pobrezaeeducacao-.pdf). Acesso em: 15/08/2015.

SCHWARTZMAN. S. **Educação e pobreza no Brasil.** Cadernos Adenauer. 2006.

SILVA, M. O. da S. e. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil.** Ciênc. saúde coletiva [online]. 2007.  
SOUSA, F. B. de. **O Programa Bolsa Família e a Coordenação Local do Município de Planaltina – GO.** Monografia (especialização). Escola Nacional de Administração Pública em Curso de Especialização em Gestão de Pessoas, Brasília, 2013.

UNICEF, O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil. – Brasília, DF: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014.

VAZ, J. D. **Educação, programa bolsa família e alívio à pobreza: o cinismo instituído.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2013.

ZIMMERMANN, C. R. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil.** Sur, Rev. Int. Direitos Humano. Vol.3 nº. 4 São Paulo Jun. 2006.

## APÊNDICE

**ECONOMIA**

<b>FONTE DE DADOS</b>	<b>DESCRITOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>	<b>ANO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>METODOLOGIA</b>
Banco de Teses da Capes	Programa Bolsa Família	O Programa Bolsa-Família e a condicionalidade Educação: o caso de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Boa Vista/RR.	Maria Aparecida de Oliveira	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2011	Mestrado	Pesquisa quantitativo-descritivo. Dados de pais e alunos.
		Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras.	Pedro Cavalcanti de Camargo	Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	2012	Mestrado	Dados do Censo Escolar 2008, da frequência escolar dos bolsistas e da Prova Brasil 2009
	Bolsa Família	Dois ensaios sobre a qualidade da educação e sua relação com o Bolsa-Família e gastos educacionais no Brasil.	Claudia Maria Gomes de Figueiredo	Universidade Federal de Juiz de Fora	2011	Mestrado	Dados composto por variáveis educacionais, macroeconômicas, e de políticas sociais dos municípios.
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Programa Bolsa família	Impactos de curto prazo do Programa Bolsa Família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista.	Heitor Sandes Pellegrina.	Universidade de São Paulo	2011	Mestrado	Dados de matrículas, boletins, exames padronizados, variáveis sócio-econômicas e transferências

							mensais do PBF.
		Avaliação dos Impactos do Programa Bolsa Família na Renda, na Educação e no Mercado de Trabalho das Famílias Pobres do Brasil.	Daniella Medeiros Cavalcanti	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2013	Mestrado	Metodologia do Efeito Quantílico do Tratamento (EQT), calculado o CONTINUA CRESCE Thorbecke (FGT), Índice de Oportunidades Humanas (IOH)
		O Programa Bolsa Família: contexto, propostas e seus resultados sobre a Educação nos Municípios Brasileiros entre 2010 e 2012.	Lucas Casonato	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2014	Mestrado	Modelo de dados em painel.
<b>POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA</b>							
Banco de Teses Capes	Condicionalidade	Desempenho Educacional de Alunos Bolsistas do Programa Bolsa Família: Um Estudo em duas Escolas Públicas Estaduais em Salvador /Bahia/Brasil.	Norma Suely Gama Couto	Universidade Católica do Salvador	2012	Mestrado	Dados coletados em unidades de ensino, na Secretaria de Educação Estadual.
	Bolsa Família	Política Social: Um Estudo sobre Educação e Pobreza	Natalia de Souza Duarte	Universidade de Brasília	2012	Doutorado	Regressões lineares e estudos multiníveis e

							questionários
Acervo MDS	Programa Bolsa Família	O Programa Bolsa Família e a coordenação local do município de Planaltina - GO	Flavio Bezerra de Sousa	Escola Nacional de Administração Pública	2013	Especialização	Entrevista com operador máster Municipal de Planaltina - GO.

**SOCIAIS E HUMANIDADES**

Banco de Teses Capes	Bolsa Família	Programa Bolsa Família: Impactos da condicionante frequência escolar sobre o rendimento escolar de alunos da rede Municipal de Ensino de Curitiba	Eliete Maceno Novak	Centro Universitário Franciscano do Paraná	2012	Mestrado	Análise documental e entrevistas semiestruturadas com bolsistas do PBF.
----------------------	---------------	---	---------------------	--	------	----------	---

**TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO / GEOGRAFIA**

Banco de Teses Capes	Bolsa Família e Educação	Os Sistemas de Ensino Baiano e Mineiro: Uma Análise das Desigualdades Regionais utilizando Indicadores Escolares 2007 - 2009	Claudia Cristina Rios Caxias da Costa	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	2011	Doutorado	Dados do IDEB correlacionados à taxa de fecundidade, matrículas e taxas de rendimento.
----------------------	--------------------------	--	---------------------------------------	--	------	-----------	--

**EDUCAÇÃO**



Banco de Teses Capes	Programa Bolsa Família	Bolsa Família: Importante determinante para a Educação e crescimento socioeconômico do Brasil.	Luiz Antonio Ferreira	Universidade Metodista de São Paulo	2012	Mestrado	Trabalho exploratório, analítico e descritivo com base documental.
		Nova Política Velhos Valores: A Condicionalidade a Educação no Programa Bolsa Família.	Naraiana Inez Nora.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2012	Mestrado	Pesquisa teórico-bibliográfica e documental.
	Condicionalidade	Política de Transferência de renda e Educação: Um Estudo Sobre o Programa Bolsa-Família a partir da percepção de Mães e Estudantes Bolsistas e suas repercussões no meio escolar.	Thalita Cunha Motta	Universidade Federal De Pernambuco	2011	Mestrado	Pesquisa metodologia quanti-qualitativa,.
	Sistema Presença	Programas de Transferência de Renda e as Políticas Educacionais: O Sistema Presença e a Gestão da Pobreza na Escola.	Wilson Camerino dos Santos Junior	Universidade Federal do Espírito Santo	2012	Mestrado	CONTINUA de frequência escolar, entrevista semiestruturada com os operadores auxiliares e máster municipal, de diferentes municípios capixabas.

Banco Digital de Teses e Dissertações	Programa Bolsa- Família	Pobreza, Trabalho Infanto-Juvenil e Escolarização: Concepções e Práticas a Partir do Programa Bolsa Família.	Luciana Francisca de Oliveira	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2014	Mestrado	Estudo de caso, coleta de dados a análise documental, diários de campo, registros de grupos socioeducativos.
	Bolsa-Família	Inclusão educacional na exclusão: políticas de renda mínima.	Maria do Amparo Caetano de Figueirêdo	Universidade Federal da Paraíba	2008	Doutorado	Documentos, legislação, normas e escritos diversos.
		Direito à permanência na escola: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares.	Tatiana Lenskij	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2006	Mestrado	Análise estatística de frequência, permanência e rendimento CONTINUA observações da dinâmica administrativa e pedagógica; observação e entrevistas sobre o tratamento dos alunos infrequentes.

Acervo Digital MDS	Programa Bolsa- Família	O significado da educação para as mães do Programa Bolsa Família na grande Curitiba: uma abordagem da psicologia social comunitária	Marialda Esmanhotto	Universidade Federal do Paraná	2009	Mestrado	Entrevista com 16 titulares do sexo feminino inscritas no referido programa.
		Programas Bolsa Família e Bolsa Escola no Recife: uma análise a partir da avaliação dos docentes e gestores	Rita de Cássia Barreto de Moura	Universidade Federal de Pernambuco	2010	Mestrado	Entrevista semi-estruturada, tendo como amostra vinte docentes, oito gestores das escolas e dois gestores dos programas analisados.
		Programa Bolsa Família e contrapartida educacional: análise da frequência, evasão e progressão escolar dos alunos da educação básica no município de Restinga (SP)	Marcos Luis de Freitas	Centro Universitário Moura Lacerda	2010	Mestrado	Estudo empírico CONTINUA S do município, análise do fluxo escolar dos bolsistas nesse município, no período de 2004 a 2009.

		O Programa Bolsa Família na cidade de Manaus: análise das dimensões da inclusão social e escolar	Sônia Selene Baçal de Oliveira	Universidade Estadual de Campinas	2009	Doutorado	Aplicação de formulários aos pais e alunos, bem como a realização de entrevistas semi-estruturadas com os gestores do programa na cidade de Manaus.
		Uma análise do aspecto educacional do Programa Bolsa Família na União da Vila Nova/Vila Nair, bairro do município de São Paulo.	Danielle de Sousa Santos	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2010	Mestrado	Índices de faltas e o rendimento escolar de alunos de uma 8ª série em uma escola da rede estadual de São Paulo. Entrevistas com quatro mães selecionadas a partir do rendimento das crianças.

CONTINUA

		Bolsa Família: uma análise dos resultados sob a óptica educacional.	Alessandra Crystian Engles dos Reis	Universidade Estadual Paulista	2009	Mestrado	Entrevistas com famílias dos estudantes beneficiados pelo Programa e os profissionais da educação envolvidos com os alunos da amostra.
		Bolsa Família e desempenho escolar: avaliação de uma política pública no município de Videira (SC).	Adriana Aparecida Felicetti	Universidade Do Oeste de Santa Catarina	2010	Mestrado	Entrevistas semi-estruturadas, realizadas com dez titulares do Cartão de Recebimento do Programa Bolsa Família, com dez professores que desenvolvem atividades nas escolas.
		Adolescentes do Programa Bolsa Família e condicionalidade da educação: uma aproximação aos fatores que concorrem para a infrequência escolar.	Camélia Vaz Penna	Centro Universitário Uma - BH	2010	Mestrado	Entrevistas semi-estruturadas, individuais e gravadas

CONTINUA

		Transferência de renda e educação: uma análise da contrapartida educacional do programa bolsa família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife	Cinthy Cristiane Galvão dos Santos	Universidade Federal de Pernambuco	2014	Mestrado	Informações sobre desempenho escolar como os dados do IDEB e das avaliações da Prova Brasil/SAEB e SAEPE.
		Educação, programa bolsa família e alívio à pobreza: o cinismo instituído	Joana D'Arc Vaz	Universidade Federal de Santa Catarina	2013	Mestrado	Estudo sobre a Educação nos documentos do Programa Bolsa Família e do Banco Mundial
		Combate à pobreza: a educação e o Programa Bolsa Família	Mirian Elizabet Hahmeyer Collares	Universidade Estadual de Campinas	2014	Doutorado	Construção de quadros analíticos e análise de indicadores resultantes das estratégias adotadas pelo PBF.

FIM

**PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS PELOS TRABALHOS SISTEMATIZADOS**

Autor/ano	Impacto Educação/ Desempenho acadêmico/	Condicionalidade Educação (frequência/ infrequencia escolar)	Impacto Desenvolvimento Econômico (renda)	Sistema Presença	Exclusão/ inclusão Direito à Ed.
Camargo (2012)	x				
Ferreira (2012)					
Nora (2012)		x			
Duarte (2012)	x				
Novak (2012)	x	x			
Couto (2012)	x				
Santos Junior (2012)				x	
Oliveira (2011)	x				
Figueiredo (2011)					
Costa (2011)	x				
Motta (2011)	x				
Pellegrina (2011)	x	x			
Cavalcanti (2013)		x	x		
Oliveira (2014)		x			
Lenskij (2006)					x
Figueirêdo (2008)					x
Casonato (2014)		x	x		
Vaz (2013)					
Collares(2014)	x	x			
Esmanhoto (2009)	x		x		
Oliveira (2009)	x				
Reis (2009)	x				
Moura (2010)	x	x			
Freitas (2010)		X			
Santos (2010)	x	X			
Felicetti (2010)	x				
Penna (2010)		x			x
Sousa (2013)		x			
Cacciamali; Tatei; Batista (2010)		x			
Freire, Silva; Pontes (2013)	x				
Camargo;Pazelo (2013)	x				
Melo; Duarte (2010)		x			
Amaral (2013)		x			
Cavalcanti;Silva (2013)	x		x		
Duarte (2013)	x				

AUTORA (2015)

